

INTRODUÇÃO À HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL: DIÁLOGO COM A TRADIÇÃO, NOVOS ESTUDOS E NOVAS POSSIBILIDADES.

INTRODUCTION TO THE ECONOMIC HISTORY OF BRAZIL: DIALOGUE WITH THE TRADITION, NEW STUDIES AND NEW POSSIBILITIES.

Ms. Cristian de Paula Sales Moreira Junior³⁶

RESUMO

O presente texto se caracteriza como uma discussão historiográfica acerca da História Econômica do Brasil, destacando seus últimos avanços em diálogo com a historiografia tradicional. Sua originalidade consiste em comparar as teorias econômicas de formação do país de uma historiografia mais clássica, chamada, em geral, de tradicional por Jorge Caldeira (2017), com novos estudos que vêm se desenvolvendo nos últimos anos sobre o tema a partir de novas fontes históricas e novas metodologias. Segundo a definição de Caldeira (2017), a historiografia tradicional conta, principalmente, com autores como Caio Prado Júnior (2006), Celso Furtado (2007) e até mesmo Delfim Netto (2009). As novas fontes históricas, mais desvinculadas da documentação oficial de governo pesquisadas ao longo do século XX por esses autores mencionados, bem como as novas metodologias de pesquisa, que se interseccionam com áreas do conhecimento da economia, e mesmo da antropologia, são expressas nas obras recentes de Caldeira (2017) e Francisco Vidal Luna e Herbert Klein (2020), que sugerem, estes últimos, as causas da modernização da economia agrícola brasileira. Permite-se, também, avaliar avanços e retrocessos. Este tema se mostra urgente, tendo em conta a popularização de uma economia neoliberal com sua forte inclinação à demonização de qualquer forma de participação do Estado na economia.

Palavras-chave: História Econômica; História do Brasil; Economia; Historiografia.

ABSTRACT

This text is characterized as a historiographical discussion about the Economic History of Brazil. Its originality consists in comparing the economic theories of the formation of the country from a more classic historiography, generally called traditional by Jorge Caldeira (2017), with new studies that have been developed in recent year sonthe subject, based on new historical sources and new methodologies. As definedby Caldeira (2017), traditional

³⁶Doutorando no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Contato: pcristian@discente.ufg.br

historiography relies mainly on authors such as Caio Prado Júnior (2006), Celso Furtado (2007) and even Delfim Netto (2009). The new historical sources, disconnected from the official government documentation researched throughout the 20th century by these authors, as well as the new research methodologies, which intersect with economic knowledge, and even anthropology, are expressed in the works Caldeira (2017) and Francisco Vidal Luna and Herbert Klein (2020), which suggest, the latter, the causes of the modernization of the Brazilian agricultural economy. It is also possible, then, to evaluate advances and setbacks. This issue is urgent, given the neoliberal hegemony in which we find ourselves today, with its strong inclination to demonize any form of state participation in the economy.

Key-words: Economic History; History of Brazil; Economy; Historiography.

INTRODUÇÃO

O presente texto se caracteriza como uma discussão historiográfica acerca da História Econômica do Brasil. Sua originalidade consiste em comparar as teorias econômicas de formação do país de uma historiografia mais clássica, chamada, em geral, de tradicional por Jorge Caldeira (2017), com novos estudos que vêm se desenvolvendo nos últimos anos sobre o tema, a partir de novas fontes históricas e novas metodologias. Segundo a definição de Caldeira (2017), a historiografia tradicional conta, principalmente, com autores como Caio Prado Júnior (2006), Celso Furtado (2007) e até mesmo Delfim Netto (2009). As novas fontes históricas, mais desvinculadas da documentação oficial de governo pesquisadas ao longo do século XX por esses autores mencionados, bem como as novas metodologias de pesquisa, que se interseccionam com áreas do conhecimento da economia, e mesmo da antropologia, são expressas nas obras recentes de Caldeira (2017) e Francisco Vidal Luna e Herbert Klein (2020), que sugerem, estes últimos, as causas da modernização da economia agrícola brasileira. Caldeira (2017) aponta para a importância das normas de governos locais consuetudinários, o que tornou possível a reavaliação dos sistemas produtivos de uma sociedade de maioria sem escrita. Essa discussão historiográfica permite avaliar a historiografia tradicional, e abre possibilidades de pesquisas para o campo, com novos enfoques e perspectivas, avançando para uma compreensão que pode ser ainda mais elaborada

da realidade econômica nacional. Mostra a importância da participação do Estado, e dos indivíduos privados, para o desenvolvimento de uma economia dinâmica que se mostrou um empreendimento de relativo sucesso histórico. A própria modernização da economia brasileira, da industrialização a partir dos anos 30, ou mesmo da agricultura, a partir da década de 1960, foi subsidiada pelo Estado. Permite-se, também, avaliar avanços e retrocessos. Este tema se mostra urgente, tendo em conta a hegemonia neoliberal em que nos encontramos atualmente, com sua forte inclinação à demonização de qualquer forma de participação do Estado na economia.

UMA HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL NO SÉCULO XX: CAIO PRADO JÚNIOR E CELSO FURTADO

A historiografia mais tradicional³⁷ sobre uma História Econômica do Brasil, como as de Caio Prado Jr (2006) e Celso Furtado (2007), por exemplo, começam pela constatação dos solos férteis encontrados na América como ponto de partida para colonização dos europeus. Com exceção da região do Nordeste do atual território do Brasil, que é extremamente seca, no geral, este fato possibilitou prestar-se a uma agricultura tropical que serviu de base econômica do empreendimento colonial.

No entanto, constata-se que as condições de interiorização do território, rumo ao que hoje conhecemos como Centro-Oeste), não eram favoráveis, embora hoje já se encontre concluído um certo deslocamento demográfico que resulta na maior parte da população brasileira vivendo na região Sudeste, que compreende o interior, inclusive, dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Destaca-se, também, a ocupação do Centro-Oeste brasileiro.

Já a interiorização do território pelo Delta do Amazonas – imenso delta formado pelo rio Amazonas no norte do Brasil, que se localiza entre os estados brasileiros do Pará e Amapá – se deu de forma relativamente descomplicada. É ali, inclusive, que se inicia de fato um

³⁷ Partimos da definição de Jorge Caldeira (2017).

Imagem 2. Mapa do Rio Amazonas, e o curso do conhecimento e ocupação da região Norte.
Domínio Público.

A expansão marítima europeia, iniciada pelos portugueses, em geral, se configurou como simples empresas comerciais empreendidas por pequenos e médios navegadores (FURTADO, 2007). Já no século XIV, Portugal havia sido pioneiro em uma verdadeira arte de navegar, fomentados pela necessidade de contornar o continente africano para chegar ao Oriente porque impossibilitados de passar pelo estreito de Gilbatrar, de domínio espanhol. Neste sentido, os portugueses estariam melhor localizados geograficamente que os espanhóis para o início do desbravamento dos mares, segundo Caio Prado Jr (2006). Procurava-se vantagens comerciais sem concorrência. Tais interesses de exploração teriam levado ao descobrimento do Brasil. Caldeira (2017) aponta que, até 1580, Portugal era o mais avançado centro de navegação do planeta. Depois da União Ibérica e da invasão dos holandeses, foi ultrapassado pela Inglaterra.



Imagem 3. Estreito de Gilbatrar. Domínio Público.

A ideia de povoar não teria ocorrido, inicialmente, nem a portugueses nem a espanhóis (FURTADO, 2007). A América foi primeiramente entendida como um território primitivo, habitado por uma população indígena dispersa e “incapaz de fornecer qualquer coisa aproveitável” (PRADO JR, 2006).

É por isso que, para Caio Prado Jr (2006), a população nativa – de nível cultural muito baixo, segundo o autor, – não prestou grandes serviços aos colonos que, por consequência, se direcionaram a se abastecer de mão de obra africana.

Caio Prado Jr (2006) e Celso Furtado (2007) concordam com uma certa cronologia da exploração do território brasileiro. No primeiro momento, havia se instituído uma economia extrativa; já o segundo momento se caracteriza por uma economia de agricultura. Os espanhóis teriam saído na frente. Desde logo encontraram metais preciosos nas terras que lhes cabiam, o que impulsionou o estabelecimento e ocupação de suas colônias, fator fundamental para o início da exploração agrícola.

Prado Jr (2006) levanta que, enquanto a América do Norte possuía um clima muito parecido com a Europa, em geral, a América do Sul possuía um clima quente e tropical, o que pode ter retardado a ocupação. Este clima peculiar permitiu à Europa a produção de uma grande quantidade de gêneros que tinham falta. A dificuldade de acesso a estes gêneros fazia-os se transformar em artigos de luxo como o açúcar, por exemplo.

O autor aponta ainda para uma diferença radical no fator de ocupação do território: para a América do Norte iam também europeus (ingleses, em sua maioria) na condição de trabalhadores enquanto para a América do Sul, apenas para a condição de dirigentes. Por estes e outros fatores, até o século XVI a ocupação do território português na América havia sido bastante tímida. Faltava mão de obra – como já apontado, um dos fatores fundamentais para a escravização de africanos, segundo o autor.

Como ficou consagrado na historiografia tradicional, o interesse original dos navegantes que vinham à América era o de descobrir um atalho para o Oriente. As viagens, então, se configuravam com o interesse direto de exploração. Os espanhóis foram os primeiros a tentar chegar ao Oriente pelo Ocidente. Sabiam, inclusive, que a terra era redonda (Prado Jr, 2006). Os portugueses tentavam contornar a África.

O primeiro empreendimento português estabelecido no território foi a extração de pau-brasil. Este elemento natural, de grande valor comercial, encontrava-se espalhado pela costa

litoral brasileira, com muita densidade. Era uma espécie já conhecida no Oriente e sua exploração durou até o século XIX, pelo menos. Sua exploração era rudimentar, o que legou uma destruição impiedosa e em larga escala das florestas nativas de onde era extraído (Prado Jr, 2006). A primeira concessão real à exploração de Pau-Brasil foi outorgada a Fernando de Noronha em 1501. O sucesso do empreendimento se deve principalmente à presença de tribos nativas no litoral, não sendo difícil conseguir que os indígenas trabalhassem. O Escambo, aqui, é a ferramenta principal de convencimento para o trabalho indígena.

Portugueses e franceses lutaram, desde o início, pelo tráfico das especiarias americanas. Segundo Caio Prado Jr (2006) e Celso Furtado (2007), este conflito levou à ocupação territorial – inicialmente se construíram fortes para defesa do território e estoque de mercadorias – e só seria resolvido pelas armas. Isso porque, embora o direito Papal a Portugal fosse reconhecido pelos países do mundo cristão, o Rei da França nunca o teria apoiado oficialmente (Prado Jr, 2006). Ambos, portugueses e franceses, se aliaram às tribos locais.



Imagem 4. Forte de São João de Bertioga (1532). Primeiro forte construído no Brasil, no litoral paulista. Domínio Público.

Em torno do ano de 1530, para a historiografia tradicional, a Coroa portuguesa entende ser necessário algo mais para expulsar os franceses. A ocupação efetiva surge, então, como um processo mais seguro e amplo de defesa do território (Prado Jr, 2006). A partir desta decisão uma nova questão se coloca: como atrair pessoas para habitar o território colonial.

Esta questão é acentuada pelo fato de a população de Portugal ser, nesse período, relativamente pequena (Furtado, 2007). Houve um “acordão”: o rei conservará apenas direitos de suserania semelhantes aos que vigoravam na Europa feudal. Em compensação, os donatários das capitanias arcarão com todas as despesas de transporte e estabelecimento de povoadores. A Holanda, neste momento, foi uma parceira de Portugal para o povoamento, emprestando recursos para os ocupantes. Sob estas condições, não houve espaço para pequenos produtores, como aconteceu nos EUA.

Juntamente com a grande propriedade monocultora, instala-se no Brasil o trabalho escravo. Isto porque Portugal não tinha mão de obra própria suficiente – a população era pequena, como já apontado por Furtado (2007). A população existente em Portugal não abandonaria seu país para se aventurar no Brasil como meros trabalhadores (Prado Jr, 2006).

Em 1570 uma Carta Régia decretava o direito de escravização dos índios aos Capitães Donatários, mas apenas pela justificativa da guerra justa. Só em meados do século XVIII é abolida a escravização indígena, graças a pressões jesuítas. Havia também, como apontado por Prado Jr (2006), pouca afeição dos indígenas a um trabalho disciplinado e constante. Diz o autor:

O índio brasileiro, saindo de uma civilização muito primitiva, não podia adaptar-se com a necessária rapidez ao sistema e aos padrões de uma cultura tão superior à sua, como era aquela que lhe traziam os brancos. O Brasil, nesse assunto, estava em situação radicalmente diversa do México e dos países andinos (maias, astecas, incas) (PRADO JR, 2006).

Perspectivas de coloniais após a virada cultural na historiografia da década de 1970 em diante, problematizam essa visão do autor, considerando-a como uma forma de racismo. Além disso, esse movimento destaca que os nativos se defenderam do domínio português. Eram, em geral, guerreiros e não temiam a luta, visão com que o autor concorda. Prado Jr (2006) aponta que, afinal de contas, acabaram sendo mesmo dominados, mas fizeram os portugueses sofrerem bastante. Essa resistência se prolonga pelo menos até o século XIX, e alguns analistas chegam a entender compreendê-la mesmo na realidade presente.

O movimento de bandeiras significou um avanço na interiorização do território. Era um movimento essencialmente paulista, com objetivo de capturar indígenas, a princípio, bem

como coletar outras especiarias do sertão. Esse movimento também entrou em conflito com os jesuítas que, em geral, também exerciam essa atividade de exploração. Como as terras férteis do litoral estavam ocupadas com a cana para produção de açúcar, a pecuária se desenvolveu interiorizando, também, o território, seguindo o curso das margens dos rios. Inicialmente se desenvolveu no sertão nordestino. Caio Prado Jr (2006) explica que um dos principais fatores para o tamanho atual do Brasil é a caça aos índios pelos colonos que, expulsando os jesuítas, pressionaram as fronteiras do Tratado de Tordesilhas de 1494.

A atividade pecuarista no Nordeste teve como focos de irradiação as regiões de Bahia e Pernambuco, seguindo o curso do Rio São Francisco em duas direções: uma que ia em direção ao Sul, onde sofre concorrência e é prejudicada pela mineração; e outra em direção ao Norte, ocupando a região do atual estado do Piauí, onde se encontrou melhores condições e recursos, principalmente água. Água foi o fator essencial neste processo de ocupação, assim como o foram para todas as sociedades primitivas. O século XVIII significou o apogeu do desenvolvimento do sertão nordestino. Seu gado abasteceu os estados desde Maranhão até a Bahia.

A região do Amazonas foi ocupada já no início da colonização por motivos políticos. A causa principal eram as invasões inglesas e holandesas. As condições naturais são opostas às da região Nordeste. Neste caso, a água é demasiada, o que fez a agricultura falhar. A atividade de extração, sobretudo do cacau, se torna a base econômica da região, sendo dominada pelos jesuítas. A mão de obra indígena era, segundo Caio Prado Jr (2006), a melhor mão de obra possível para este trabalho, tendo em vista que eram os melhores em caça, pesca e coleta.

Os jesuítas fizeram nesta região um empreendimento de muito sucesso. Organizaram melhor que os colonos a exploração. Combatidos por Pombal, foram substituídos por colonos brancos. Essa colonização se torna, para estes, muito mais uma aventura do que a constituição de uma sociedade estável e organizada (Furtado, 2007).

Com a União Ibérica, que durou de 1580 a 1640, Portugal havia preservado sua autonomia, mas abriu espaço para invasões holandesas e inglesas, sociedades já historicamente inimigas dos espanhóis. Neste momento, perde de vez as colônias asiáticas. Já neste momento, a existência do reino passa a depender da colônia brasileira. Em torno de 1650 há uma emigração em larga escala de Portugal para o Brasil, aumentando o volume populacional e pressionando, conseqüentemente, ainda mais as fronteiras do tratado de

Tordesilhas. Este aumento populacional força a interiorização do território e, até 1750, passou-se a ocupar, mesmo que dispersamente, todo o território do Brasil atual. Neste sentido, para Caio Prado Jr (2006) e Celso Furtado (2007), a ruína de Portugal significou o desenvolvimento do Brasil.

As bandeiras foram responsáveis por encontrar, de fato, ouro no território. A região da cidade de Ouro Preto, no estado de Minas Gerais, foi o primeiro lugar onde os metais foram encontrados. A historiografia tradicional aponta a mineração como o fator fundamental de ocupação do Centro-Sul. É fato que o desejo por metais preciosos era já uma preocupação antiga, desde o princípio da colonização. Mas estes tão cobiçados metais não eram encontrados tão facilmente no Brasil. Ao contrário do que ocorreu no México e Peru, os indígenas, considerados por Caio Prado Jr (2006) e Celso Furtado (2007) como de um nível cultural muito baixo, não se tinham interessado por metais preciosos.

Caio Prado Jr (2006) propõe entender a economia brasileira, a partir destas constatações, em fases. Na primeira fase, o setor 1, como apontado pelo autor, é representado por grandes lucros e abundância de produtos de exportação, geralmente no litoral. Já o setor 2, era formado por pequenos lucros de atividades acessórias para manter funcionando o setor 1. Como veremos mais adiante, Jorge Caldeira (2017), com nova documentação e metodologia, chega a uma conclusão divergente que aponta para a riqueza da produção local de subsistência. De qualquer forma, em contraste ao entendimento de Jorge Caldeira (2017) que abordaremos mais adiante, percebe-se, na historiografia tradicional, a exportação como fator único e determinante de qualquer atividade econômica de vulto. A cana de açúcar do século XVI ao XVIII; o algodão no século XVIII e o café no século XIX.

Neste sentido, a subsistência dos engenhos era resolvida apenas internamente, não necessitando, assim, de importações. Pequenas lavouras serviam para o abastecimento de pequenos centros urbanos, produzindo, principalmente, milho e mandioca. Arroz e feijão já eram, neste momento, a base alimentar dos colonos. Verduras sempre foram pouco consumidas e eram substituídas pelas frutas abundantes (Prado Jr, 2006).

A alimentação na colônia, inclusive, era um problema. Porque uma produção de subsistência ia na contramão dos interesses dos grandes proprietários, o que gerou um estado crônico de subnutrição (Prado Jr, 2006), atingindo desde os grandes proprietários até os brancos trabalhadores, colonos urbanos e, obviamente, escravos.

Com essas novas condições, tornou-se imperativa a criação de um escritório para administração colonial, o Conselho Ultramarino que, juntamente com o surgimento do Governo Geral, significou uma limitação do poder dos capitães donatários. A centralização da administração colonial pelos governos gerais ocorreu em torno de 1650, inaugurando uma política econômica de forte intervencionismo. Antes disto, a política econômica era de largo liberalismo (Furtado, 2007). Esse intervencionismo surge, também, como uma espécie de compensação do que se perdeu, no caso as colônias orientais na Ásia, e gerou, para os colonos, restrições econômicas e uma certa opressão administrativa³⁸. Este momento marca, para Caio Prado Jr (2006) e Celso Furtado (2007), a passagem do liberalismo ao monopólio estatal.

Os assuntos referentes à mineração eram tratados pela própria Coroa. Esta havia instituído o Quinto como imposto cobrado sobre a produção, recolhendo a quinta parte desta. Foram criadas as Casas de Fundição, a melhor forma encontrada de taxar o ouro produzido. Além do Quinto, havia a Derrama, o maior exemplo de intervencionismo antiliberal do período colonial. Este imposto estabelecia uma meta mínima de 100 arrobas de ouro por unidade produtiva que, se não alcançado, acarretaria violência estatal. Era uma política autoritária. A conhecida conspiração de Tiradentes aconteceria na cobrança de uma derrama.

Caio Prado Jr (2006) propõe uma linha histórico-lógica da colonização. A ascensão das minas teria provocado a decadência da agricultura que, mais tarde, ascenderá novamente, desta vez com a decadência da atividade de mineração. Da decadência da mineração e, portanto, ascensão da agricultura, surge o Pacto Colonial. O renascimento da agricultura brasileira se deu com o algodão.

Durante os conflitos europeus do século XVIII Portugal assume uma certa neutralidade, o que beneficia o comércio colonial juntamente com a crescente demanda por algodão, principalmente da Inglaterra que passava pela Revolução Industrial. O Brasil tem sua parte neste fornecimento, embora o maior fornecedor fosse os EUA.

O algodão fez da capitania do Maranhão uma das mais ricas neste momento. São Paulo ainda não era muito importante economicamente. A Serra do Mar, que separa o litoral

³⁸ Sobre a História administrativa do Brasil, consultar: AVELLAR, Hélio de Alcântara; TAUNAY, Alfredo D'Escagnolle. *História Administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1965. E: HADDOC LOBO, R. *História econômica e administrativa do Brasil*. São Paulo: Editora Atlas, 1972.

do planalto interior, onde os solos eram mais férteis e a agricultura mais favorável, se colocava como um obstáculo natural ao avanço da interiorização e dificultava a produção.



Imagem 5. Serra do Mar. Fonte: SIMA.

O principal desenvolvimento da agricultura paulista não se dá no litoral, mas no interior do estado. A interiorização do território é consequência das atividades mineradoras e pecuárias.

Em todas essas atividades econômicas o Brasil pouco se desenvolveu em termos de técnica. Os processos se estagnaram em um nível ainda rudimentar e destrutivo. “Nem mesmo a bagaceira (o bagaço da cana esmagada), inutilmente desperdiçada, se aproveitava como adubo. Quando estorvava pelo volume, incinerava-se. Ignorância e imprevidência em tudo” (Prado Jr, 2006). E acrescenta-se: “aliás, de instrumentos agrícolas não se conhecia outro que a enxada. Nada mais primário” (Prado Jr, 2006).

A força humana – no caso dos escravos – ou animal era praticamente a única utilizada. Nem mesmo a força hidráulica era comum até o século XIX, quando as primeiras máquinas hidráulicas chegaram.

A região Sul até o final do século XVII tinha fronteiras ainda muito pouco definidas. Eram fronteiras desconhecidas e descuidadas. A disputa pelo território começou mesmo depois do fim da União Ibérica em 1640, quando tinha restado a Portugal, praticamente, apenas a colônia brasileira. A economia nesta região era fundamentalmente baseada na pecuária. O Rio Grande do Sul, por exemplo, foi ocupado primeiramente por bandeirantes paulistas. No litoral, uma agricultura diferente foi instalada devido a condições muito específicas. Na região não eram comuns grandes proprietários, e uma ocupação rápida era necessária devido à constante contestação da Espanha pelo território. O trabalho escravo foi praticamente inexistente. Por essas e outras razões, a região Sul se coloca como deslocada da realidade nacional. A grande propriedade foi se instalando gradualmente, mas não com uma economia agrícola e, sim, pecuária. A região sai na frente da concorrência com o Norte-Nordeste por suas condições naturais muito melhores.

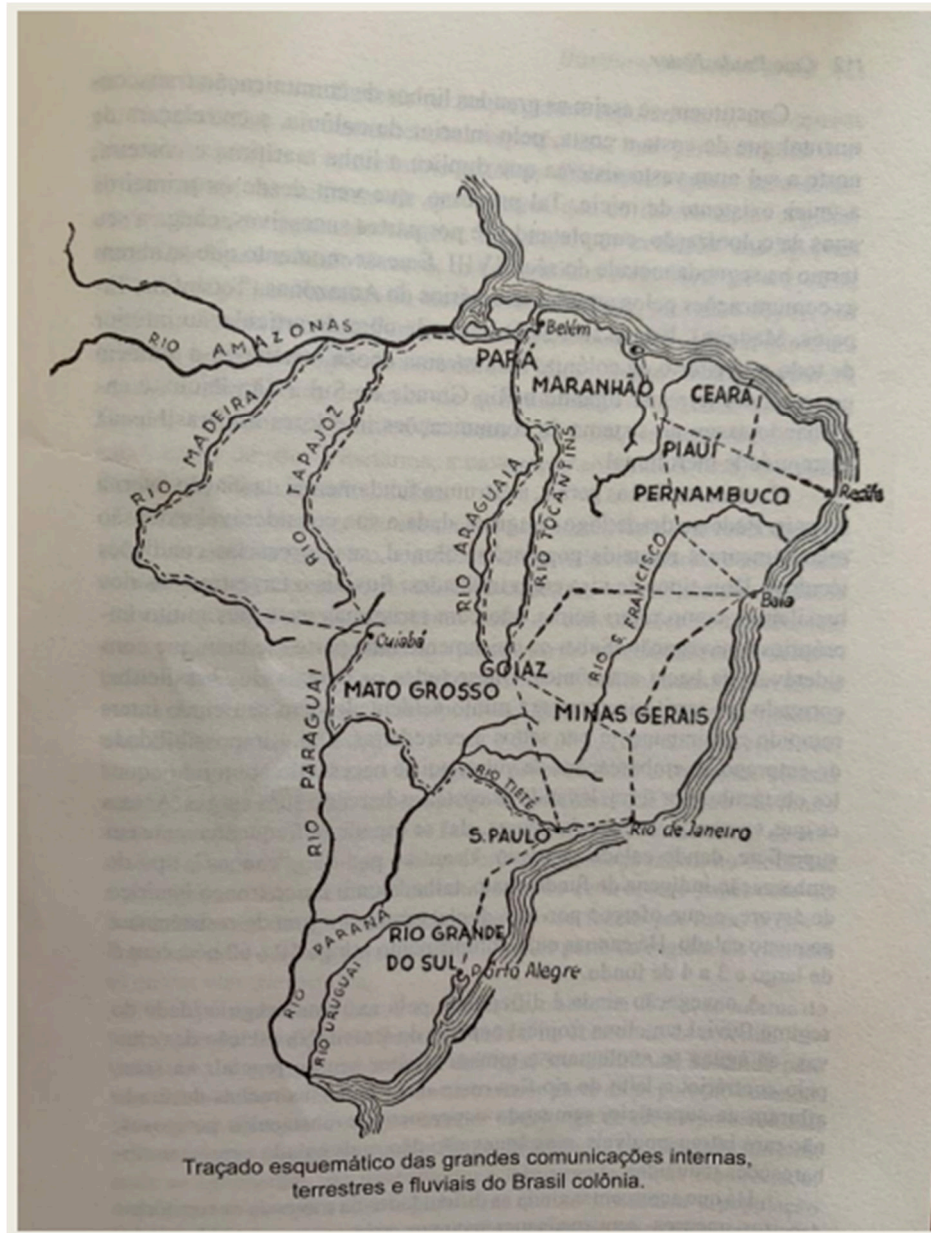


Imagem 6. Mapa do Brasil (séculos XVII-XVIII). Fonte: PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

Caio Prado Jr (2006) organiza um mapa mental sobre as atividades econômicas do Brasil até este período:

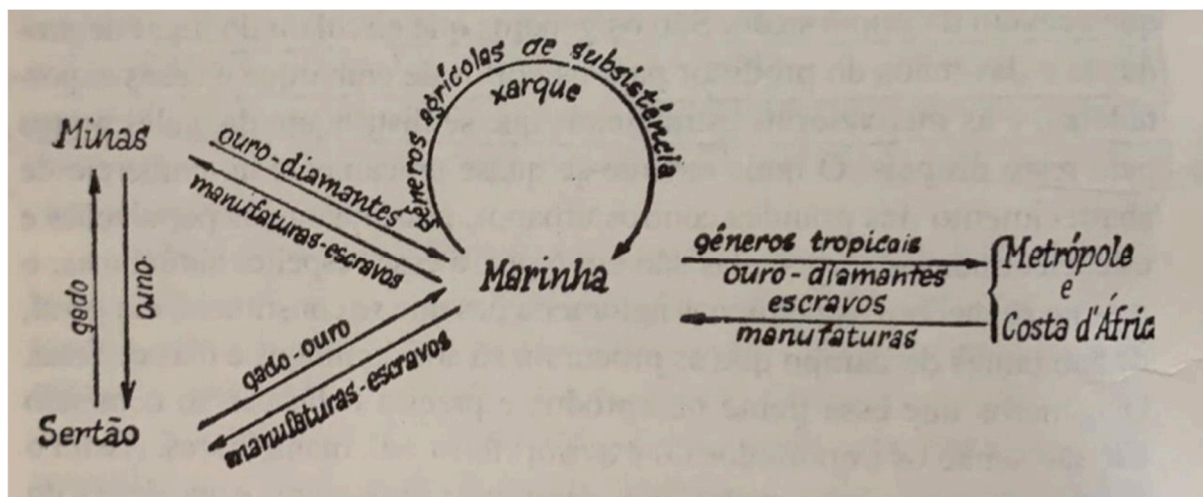


Imagem 7. Atividades produtivas do Brasil. Fonte: PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

A natureza da economia colonial foi de uma empresa mercantil exploradora dos trópicos e voltada inteiramente para o comércio internacional. Portugal era o intermediário entre a Colônia produtora e os consumidores. Essa perspectiva é muito presente nos livros didáticos.

Se iniciando em 1808 e seguindo até 1850, houve o que Caio Prado Junior (2006) chama de Era do Liberalismo, com a chegada da família real no Brasil até o fim do tráfico de Escravos pela lei Eusébio de Queirós. Encerra-se a era colonial, e o Brasil se torna efetivamente autônomo, embora uma separação oficial só ocorresse em 1822. Os núcleos de grande importância, em questão de povoamento, eram Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. No Norte, na região amazônica, o povoamento continua seguindo os cursos d'água, e tendo atividade pecuária como fator determinante. O interior é quase nulo. No centro, o fator de povoamento e a exploração aurífera em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. No extremo sul, a economia era baseada nas estâncias de gado. São Paulo era o centro de comunicação da colônia, começando a se destacar na virada para o século XIX principalmente com o café. A organização econômica era a comum exploração dos recursos naturais em prol do mercado europeu. Ao contrário de Jorge Caldeira (2017), a historiografia tradicional coloca outros setores produtivos como secundários e acessórios.

O fim do pacto colonial – expressão perfeita do capitalismo colonial (Prado Jr, 2006) – com a chegada da família real, se dá como uma transição ao capitalismo industrial. É um problema, entretanto, o fato de um mais efetivo domínio do território brasileiro pela Coroa se

dar em um momento em que as monarquias se encontram em decadência. Inglaterra e França já estavam bem mais à frente, em termos de desenvolvimento capitalista, mesmo assim os maiores domínios coloniais ainda eram de Portugal e Espanha, países de capitalismo ainda incipiente.

É uma mudança histórica radical – influenciada pela independência das colônias inglesas na América– tendo em vista que o capitalismo industrial se volta contra todos os monopólios estatais. Portugal, como simples intermediário que era da produção brasileira, não consumia os produtos da colônia e nem conseguia, por causa do atraso em relação ao desenvolvimento industrial, vender algo importante ao Brasil. Os produtores brasileiros passam a pensar, cada vez mais, em se livrar deste parasitismo para, por si, lucrarem mais.

O regime colonial se coloca, neste momento, como um obstáculo ao desenvolvimento do país. Além destas pressões internas, a luta inglesa pelo fim dos monopólios coloniais, bem como as invasões napoleônicas, acelera o processo de autonomia do Brasil. A abertura dos portos, primeira atitude da Coroa portuguesa realocada no Brasil, em 1808, representava o fim da necessidade de intermediação. Esse rompimento efetivo dos laços que ligavam o Brasil a Portugal foi um caminho sem volta.

No lugar do monopólio, o Pacto Colonial, se acertavam largas possibilidades de comércio com todas as nações do mundo. Foi uma verdadeira libertação econômica, que Caio Prado Jr (2006) e Celso Furtado (2007) apresentam como uma guinada ao liberalismo. Entretanto, essa liberalização econômica reforçou o caráter primitivo da economia brasileira. Segundo a historiografia tradicional, o Brasil não tinha como concorrer com as potências industrializadas no mercado internacional, então se aprofunda na produção exclusiva de gêneros tropicais, o que faz desaparecer qualquer tipo de tentativa de industrialização local. O resultado é que o Brasil continua vassalo. Antes, de Portugal, agora, da Inglaterra, que dominava o mercado internacional.

Até este ponto, a população escrava já representava um terço da população. Isso se deve ao tráfico, que continuamente trazia ao país negros africanos. Caio Prado Jr (2006) aponta para uma certa passividade, se comparados à população escrava de São Domingos no Haiti, por exemplo, além de apontar, também, o seu baixo nível cultural. O fato de não saberem a língua, ainda, impedia uma certa ação de resistência destes escravos e, por isso, não se tornavam capazes de uma atividade política mais coerente. Aparece aqui, novamente, uma visão do autor problematizada pelo movimento decolonial posteriormente. Acrescenta-se o

fato de que os senhores de engenho cuidavam para não deixar grupos homogêneos conviverem, colocando, geralmente, tribos africanas rivais e hostis para conviverem. Para comprovar sua teoria, o autor atesta que na Bahia havia uma certa unidade tribal entre os negros escravizados, além de uma cultura mais elevada pois de maioria sudanesa justificando, assim, um maior número de agitações e revoltas nesta região.

O tráfico de escravos, uma atividade econômica expressiva, já era alvo de críticas na sociedade pelo menos desde a independência em 1822. O primeiro projeto antiescravidão apresentado no parlamento data de 1831, embora tivesse sido ignorado pelos parlamentares. Celso Furtado (2007) defende que seu fim num futuro mais ou menos próximo já era reconhecido como inevitável. Como a vida econômica do Brasil dependia muito dos escravos, desse debate surgiu outro problema: o que colocar no lugar para suprir a mão de obra? José Bonifácio foi uma das vozes que ecoaram nesta discussão, propondo uma transformação gradual e lenta que, de fato, acabou acontecendo. Mão de obra escrava e imigrante chegaram a coexistir nas lavouras.

Como o tráfico e a escravidão eram intimamente ligados, pensava-se que, abolido o tráfico, a escravidão seguiria o mesmo caminho em curto prazo, tendo em vista que o crescimento vegetativo dos escravos era baixo – a importação de homens era maior durante todo o período colonial, e eram mais requisitados para o trabalho de força bruta como desejavam os administradores coloniais.

Em 1850, então, foi abolido, pelo menos formalmente, o tráfico de escravos pela Lei Eusébio de Queirós. As pressões para este fato não são só inglesas, mas do interior da própria sociedade. A escravização era uma questão interna, mas o tráfico se colocava, devido às pressões do capitalismo industrial emergente, uma questão internacional. A Inglaterra, vanguarda destas transformações que ocorriam no mundo, operou como mediadora para que a Coroa portuguesa aceitasse não só a independência do Brasil como, depois de independente, que o governo imperial promovesse o fim da escravização.

O fim do tráfico traz um equilíbrio à balança comercial favorável, diminuindo gastos exteriores. O problema da escravidão no Brasil era, então, uma questão de emancipação política. Caio Prado Jr (2006) levanta o problema das fontes históricas:

O que se encontra na imprensa, nas demais publicações da época, no parlamento - que são nossas melhores fontes de informação - não corresponde, certamente, no mais das vezes, à importância que o problema escravista efetivamente representava aos olhos dos contemporâneos.

Aqui, no século XIX, surge o café como um produto de destaque internacional. Se o açúcar, algodão e o tabaco eram mercadorias mercantilistas, o café é um produto burguês. Simboliza a entrada do Brasil na produção capitalista. A ascensão da região Centro-Sul com o café surge da decadência do Nordeste e significou um verdadeiro renascimento agrícola.

O fim do tráfico de escravos e o esgotamento dos recursos naturais devido a séculos de exploração rudimentar e primitiva, geraram a decadência das colônias do Norte-Nordeste. A partir de 1870 o Estado passa a financiar as imigrações europeias, e os proprietários de terras os gastos de manutenção das famílias imigrantes durante os primeiros anos. Era uma parceria público-privada para a transformação da economia brasileira. Os imigrantes europeus, vindos principalmente da Itália, vinham para o Brasil trabalhar em um regime de semisservidão por causa das condições políticas peculiares em que a Europa se encontrava: expansão imperialista das potências capitalistas e os conflitos pela unificação de Itália e Alemanha, por exemplo. Caio Prado Jr (2006) aponta para uma vantagem financeira do assalariado ao início da indústria manufatureira no país. O trabalho escravo, para o autor, era incompatível com o capitalismo industrial.

O processo de substituição da mão de obra, no entanto, não foi acompanhado de um projeto de integração dos escravos à sociedade. Como faltavam tropas para a Guerra do Paraguai, inclusive, eram oferecidas cartas de alforria aos escravos que participassem do conflito defendendo os interesses políticos do Brasil. Celso Furtado (2007) argumenta que:

observada a abolição de uma perspectiva ampla, comprova-se que ela constitui uma medida de caráter mais político que econômico. (...) A grande massa dos descendentes da antiga população escrava continuará vivendo dentro de seu limitado sistema de “necessidades”, cabendo-lhe um papel puramente passivo nas transformações econômicas do país.

O primeiro grande cliente do café brasileiro são os EUA, favorecidos pela posição geográfica e pela desvinculação com a Inglaterra desde a independência em 1776. O Rio de Janeiro se torna o porto escoador do produto, e o Vale da Paraíba o centro por excelência da produção cafeeira no Brasil, tornando-se populoso e rico.

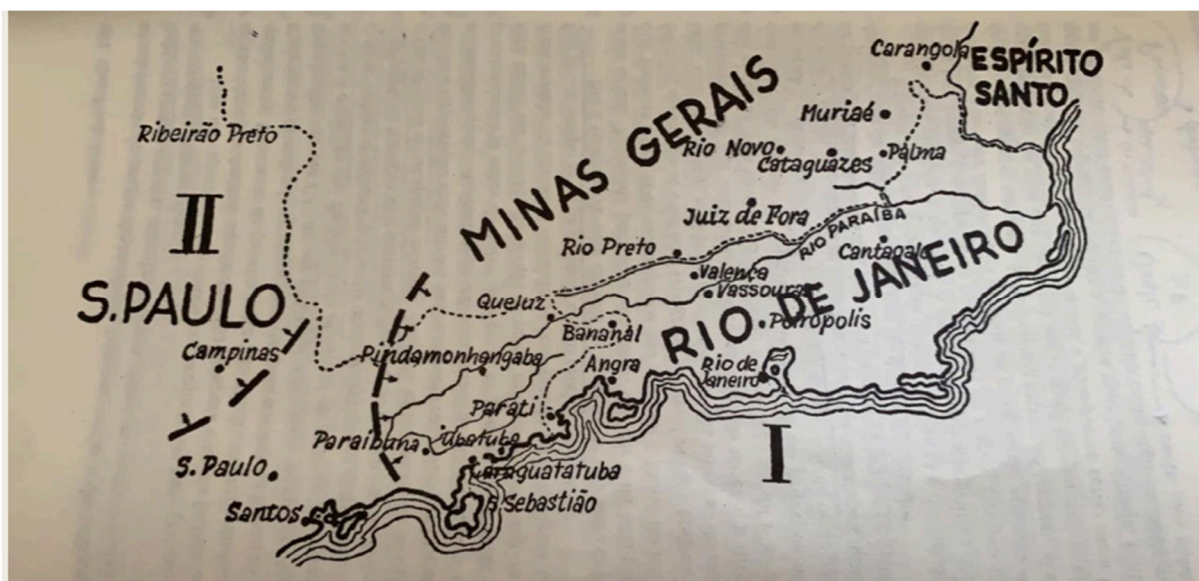


Imagem 8. Cultura cafeeira no Brasil meridional, com indicação dos dois setores principais em que sucessivamente ela se desenvolveu. Fonte: PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

Percebe-se que a economia brasileira, até este momento, se configurava como um ciclo vicioso: rápido desenvolvimento, seguido de decadência e crise. A principal causa deste ciclo era o esgotamento dos recursos devido a uma exploração descuidada e rudimentar. Com a crise e decadência do Vale do Paraíba, entra em cena o Oeste da província de São Paulo. Campinas e Ribeirão Preto se tornaram grandes centros produtores do país, era o chamado "mar de café" (ver imagem 8).

O Vale do Paraíba, por ser uma região mais serrana, era de comunicação difícil com outras partes do território, e tinha plantações mais esparsas. Já o Oeste de São Paulo tinha solos mais férteis e contava com redes de estradas que o ligavam a outras regiões, por ser mais plano. Com o café se inicia a concorrência produtiva entre São Paulo e Rio de Janeiro.

São Paulo só se tornaria importante, digamos assim, por causa do café. O Porto de Santos acabou se tornando o centro de escoamento do produto.

A produção do café surgiu como *plantation* com mão de obra escrava, e aos poucos foi substituída por assalariados europeus. Exigia um investimento muito alto (só produzia 5 anos após plantado), o que tornava impossível um médio produtor. O produto chegou a corresponder a 70% da economia brasileira. O desenvolvimento do café gerou um novo equilíbrio econômico. A economia do Brasil foi superior a tudo que já tinha sido praticado no passado. Os lucros com a produção cafeeira financiaram o surgimento de estradas, ferrovias e o desenvolvimento de meios de comunicação e transportes.

O período imperial lançou as bases para o desenvolvimento e modernização capitalista. Com o fim do Império e início da República, há uma larga expansão das forças produtivas e do progresso material³⁹. O liberalismo econômico proporcionava a todos os países uma potencial equidade em oportunidades comerciais.

A república se constituiu em um golpe militar sem participação popular, segundo José Murilo de Carvalho⁴⁰. Houve uma eclosão de certa ânsia de enriquecimento e de prosperidade material. Na monarquia este não era um ideal legítimo e plenamente reconhecido. Os próprios governantes e ministros eram metidos em negócios, o que, geralmente, não se via no império. Mauá, como aponta Jorge Caldeira (2017), era um exemplo disso. Foi um empreendedor reprimido no império, pois ousou defender interesses privados no parlamento.

A república descentralizou o poder econômico. Com ela vieram investimentos internacionais que tentaram se capilarizar no território. Grandes proprietários adquiriram empréstimos por conta própria, principalmente da Inglaterra. A República também proporcionou o desenvolvimento do comércio externo, principalmente de café e borracha. Cai a produção para consumo interno, obviamente, enquanto se aumenta a independência de importação ao ponto de se estabelecer o paradoxo de o Brasil, enquanto um país agrário, precisar importar determinados gêneros alimentícios.

A concentração da produção em poucos gêneros exportáveis e a estrutura do país dependente do mercado internacional que, obviamente, estava fora de seu alcance, tornava o

³⁹ Sobre as políticas econômicas do período republicano, consultar: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1989-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

⁴⁰CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

sistema econômico brasileiro bastante frágil. No caso do café, houve crises de superprodução cíclicas como apontado por Delfim Netto (2009). A dificuldade de escoar as mercadorias gerava quedas nos preços do produto, o que afetava toda a economia brasileira.

A oferta do café cresceu. Para Celso Furtado (2007), não em função do crescimento da procura, mas da disponibilidade de mão de obra e elasticidade das terras. Isso geraria a baixa de preços no começo do século XX. A solução encontrada pelos empresários foi reter parte da produção. O Brasil tinha essa possibilidade por ocupar posição privilegiada na oferta do produto, detendo quase três quartos de tudo o que era produzido no mundo. Este controle artificial da oferta foi mais profundamente estudado por Netto (2009).

JORGE CALDEIRA E NOVOS ESTUDOS PARA UMA HISTORIOGRAFIA ECONÔMICA DO BRASIL NO SÉCULO XXI

Jorge Caldeira (2017) aponta para o fato de que a historiografia tradicional, principalmente de Caio Prado Júnior e Celso Furtado, que fundamentam uma teoria econômica sobre a História do Brasil, ficou restrita a documentos oficiais de governo e, ainda, do eixo Rio - São Paulo. Além de procurar por fontes históricas não oficiais, como as de paróquias e igrejas, o autor, com uma equipe (como ele mesmo declara já no prefácio do livro), as procura em lugares afastados dos grandes centros administrativos do país. A isso se acrescenta as contribuições da antropologia. A partir desta constatação, basicamente, é que se contrapõe a historiografia tradicional e apresenta uma nova abordagem para uma história econômica do Brasil. Me dedicarei, aqui, a apresentar as visões contrastantes do autor com as discutidas anteriormente, abordando o que ele traz de contribuição original.

A começar por uma compreensão mais elaborada da realidade nativa, quando da chegada dos portugueses ao território, o autor constata que nenhum grupo indígena possuía a escrita, de fato, mas todos dominavam a fala e a linguagem. Havia, neste sentido, leis claras e precisas, embora não escritas, contrapondo-se ao entendimento de uma certa anarquia nativa da historiografia tradicional. Eram leis baseadas nos costumes. Diferente dos portugueses, os nativos não possuíam os interesses mercantilistas de acumulação pré-capitalista. 4 horas diárias de trabalho, por exemplo, eram suficientes para sobreviver e ainda fazer um certo

estoque para ser gasto quando em condições naturais não muito favoráveis. A produtividade era alta e tinham fartura, enquanto a Europa passava por sérios problemas de abastecimento e alimentares. Para o autor, historiadores do século XX, como Caio Prado Júnior e Celso Furtado, consagraram a ideia de economia de subsistência, mas os tupis, pelo menos, tinham capacidade produtiva muito maior do que apenas para sobrevivência.

Na teoria da acumulação, onde existe excedente, existe um grupo que se destaca. Um grupo passa a controlar os estoques, se torna governante e aí surgem pessoas encarregadas da "gestão do tesouro" (Caldeira, 2017) que levam a uma vida diversa das pessoas comuns. Caldeira (2017) trata isso como uma constante antropológica. Os tupi-guarani, entretanto, preservaram uma certa igualdade social. Não trabalhavam mais do que precisavam, isto é, não geravam excedentes. Um problema que pode ser levantado é que Caldeira (2017) coloca esta questão como expressão da vontade dos nativos, enquanto outros autores podem recusar a ideia de intencionalidade.

A princípio, houve uma experiência de escambo entre intermediários, os chamados "genros europeus", com os indígenas. Com os portugueses pressionando, os tupis passam a produzir excedentes. Já existia toda uma bagagem cultural que permitia a acomodação dos europeus, onde o casamento com indígenas era, basicamente, uma aliança. O relacionamento inicial entre europeus e indígenas era justamente este. Os europeus de sucesso, nesta primeira etapa, tornaram-se genros dos chefes das tribos.

O relacionamento com os europeus criou, nas tribos, o poder permanente. Os chefes passam a controlar o excedente, seguindo a teoria da acumulação proposta por Caldeira (2017) mencionada acima, e as trocas com os ferros dos europeus. Como no Brasil não havia clérigos ou nobres, apenas membros do terceiro estado, os governantes das vilas que iam surgindo, aos poucos, eram eleitos pelos chamados "homens bons". Havia eleições nas colônias e São Vicente, por exemplo, foi a primeira vila deste tipo, organizada por Martim Afonso de Souza.

Esses "genros" se enobrecem. Martim Afonso de Souza usou isso como estratégia para consolidar uma aliança pensada para investimentos a longo prazo, cooptando apoio e recursos desses colonos já entrosados com os nativos.

A partir de 1534 surgem as capitanias. O rompimento de D. João III com Martim Afonso se deu porque não acharam, até este momento, metais preciosos. A Coroa resolve, então, repassar a missão a particulares. As capitanias, entretanto, não conseguiram expulsar os

franceses, principal problema geopolítico do período, e por isso foi criado o governo geral. Percebe-se que a todo momento Portugal tentava terceirizar a ocupação colonial. O governo geral se assentou sob o reconhecimento da aliança tupi como realidade política dada. Mais ou menos neste período, católicos e protestantes chegaram à conclusão de que os índios eram descendentes de Caim. Os católicos, porém, entenderam que tinham alma e podiam ser convertidos. Já os protestantes chegaram à conclusão de que eles deveriam ser considerados inimigos da fé. Por isso, os franceses tomaram rumo distinto, politicamente. Passaram a condenar a cultura tupi e os casamentos, que já se configuravam como a linguagem política dos nativos. Os tupis se tornaram, então, inimigos dos franceses.

Para Jorge Caldeira (2017) há um contraste entre um governo de costumes e o governo geral. O governo de costumes se coloca longe dos registros, na informalidade. Nele é que se encontra a aliança com os tupis, o comércio interno e a vida no sertão. Já o governo geral é representado pelo comércio externo, portugueses e jesuítas se concentrando no Litoral sob domínio político direto da Coroa.

A maior parte das capitânias não era alcançada pelo poder público, representado pelo Governo Geral. O poder ficava todo com os moradores que o exerciam com eleições para seus representantes locais. As trocas comerciais também geravam grandes fortunas locais, isto é, não era só a exportação de açúcar que gerava renda monetária para o Brasil no século XVI.

Esse comércio local se encontrava fora do controle do governo. Não se tinha ouro suficiente para comercializar, então outras mercadorias se constituíram como valor de troca geral, como o cacau, por exemplo. Os negócios produtivos internos eram informais e, portanto, invisíveis para o governo. Estavam alocados no âmbito dos costumes, não das leis e, por isso, foram relativamente ignorados pela historiografia tradicional do século XX.

Em torno de 1549, os jesuítas desembarcaram no Brasil a serviço do rei D. João III e Tomé de Souza. Conseguiram, com dinheiro da Coroa, criar uma colonização coordenada, além de uma ocupação relativamente lucrativa do território. Porém, a oposição entre jesuítas e colonos já era uma realidade desde a ocupação espanhola na América, em que a exploração do trabalho nativo pelos colonos havia sido proibida. Devido à União Ibérica, os jesuítas portugueses entraram em contato com o modelo de atuação dos jesuítas espanhóis, o aldeamento, e passaram a exigir o monopólio das relações com os tupi-guaranis. Com o tempo e o estreitamento das relações entre os jesuítas e as tribos, eles passaram a ocupar o lugar dos pajés, o que implicava em controle dos excedentes de produção. Tornaram-se,

segundo Caldeira (2017), verdadeiros chefes das tribos, tornando o trabalho mais produtivo e aplicando técnicas europeias.

A ocupação dos holandeses no Brasil, também consequência direta da União Ibérica, trouxe uma nova realidade à exploração colonial em terras brasileiras. A Companhia das Índias Ocidentais tinha o lucro como objetivo final, uma realidade já pré-capitalista. Como a Coroa Portuguesa passou a ser controlada por um rei espanhol, os holandeses foram incentivados a invadir a região Nordeste. Um conflito entre Espanha e Holanda já existia há tempos, principalmente por motivos religiosos: a Holanda havia se declarado protestante.

Os jesuítas portugueses e espanhóis declaram os nativos livres por direito natural. A Holanda, protestante, passou a declarar também – apenas a América inglesa não compartilhava deste pensamento. Muitos nativos potiguares, por exemplo, se tornaram protestantes e ajudaram os holandeses a conquistar o Nordeste. Caldeira (2017) argumenta que, para os protestantes, o lucro era mais importante do que a religião. O governo holandês no Brasil era gerido como um negócio, não como um império da lógica colonial tradicional. A defesa militar do território não era barata, e esperava-se compensar com lucros obtidos pela cobrança de impostos da região. Já os portugueses, inseridos na lógica colonial tradicional, defendiam seu território a qualquer custo, não importando os prejuízos.

Estava consolidado um ciclo multinacional de acumulação centrado no Brasil (Caldeira, 2017). Esta realidade não era documentada nos registros oficiais. O mercado interno estava, inclusive, para além das fronteiras. Era ele, ainda, acumulador, isto é, a acumulação não foi gerada apenas pelo trabalho escravo. Como já levantado aqui, para Caldeira (2017) a historiografia tradicional focou nos documentos produzidos pelo governo central, registrando principalmente como e quanto recolhiam de impostos e gastavam com serviços, de forma geral.

O governo central era uma máquina de exportação de impostos. O Brasil era a "vaca leiteira do reino de Portugal" (Caldeira, 2017). Essa era a política fiscal instaurada: arrancar direto da economia produtiva do Brasil e transferir o máximo possível para a metrópole, uma verdadeira "ordenha fiscal" (Caldeira, 2017). O governo central era uma máquina de exportação de impostos. O Brasil era a "vaca leiteira do reino de Portugal" (Caldeira, 2017)

A História econômica do Brasil deste período é, para Caldeira (2017), marcada pelo conflito de interesses entre o governo central e os colonos privados, existindo certa

autenticidade informal (fora da documentação oficial) destes. Em 1649, por exemplo, a Coroa não mandou soldados para expulsar os holandeses a princípio, mas assim que a população o fez por conta própria, enviou cobradores de impostos. A Coroa criou, ainda, monopólios reais sobre muitos produtos. Esse conflito potencializava a revolta contra o governo central.

Ou seja, o governo central atuou muito mais como um obstáculo do que como alavanca para o crescimento e desenvolvimento da colônia (Caldeira, 2017). Os moradores do território, responsáveis pelo mercado interno, faziam negócios clandestinos, inclusive, com franceses e espanhóis, fora da órbita do governo central e, portanto, fora dos registros. Como a historiografia tradicional se limitou à documentação oficial, prevaleceu a ideia de que o mercado interno era pobre e, conseqüentemente, a produção brasileira era voltada apenas para o exterior, de forma geral.

As próprias expansões para o interior, que chamamos aqui de interiorização do território, também foram iniciativas privadas, fora da órbita do governo central pelo menos a princípio – depois o governo oficializou as chamadas "entradas e bandeiras". Caldeira (2017) aponta para um forte papel da iniciativa privada no processo de colonização e formação do Brasil.

Neste sentido, a relação entre o governo central e os moradores das vilas nunca foi de complementaridade, mas de tensão. Essas duas classes, digamos assim, estavam a disputar a riqueza. Os governos locais, consuetudinários e informais que eram, muitas das vezes, combatiam o governo central (formal e legal) e vice-versa. Era um conflito entre as elites coloniais e a nobreza portuguesa. O fiado, a palavra, eram a chave para o mercado interno, por isso a falta de documentos escritos. Ou iniciativa particular, não governamental. O fiado era uma instituição na parte europeizada da colônia. Significava a importância da palavra. Não existia nas leis, só nos costumes; uma espécie de contrato não escrito, uma aliança. Caldeira (2017) aponta que ainda foi pouco estudado, considerada a sua importante dimensão na dinâmica econômica colonial. Ainda hoje, metade das vendas de varejo são em carteiras de fundo (casas Bahia ou agiotagem). Ao largo da lei, dos registros, dos governos e, portanto, das análises. Mesmo assim, movimenta toda a economia interna. Para Caldeira (2017), este é o equívoco dos clássicos (se referindo a Celso Furtado e Caio Prado Jr):

Os historiadores tradicionais, com base apenas na leitura da documentação, desta extraíram a interpretação sociológica de que a

sociedade nordestina da época seria dominada por latifundiários e pela produção escravista, com o restante da população, nativa ou mista, relegada à esfera da economia de subsistência (Caldeira, 2017).

Havia, obviamente, uma vantagem europeia em relação aos nativos, tendo em vista que dominavam a escrita e a metalurgia. O domínio destes elementos era fundamental para a produção e difusão de conhecimentos. A prensa de Gutemberg representou a perda da importância da Igreja no processo de transmissão de conhecimentos, além do aumento do poder de escritores e leitores laicos. Bíblias impressas estavam na raiz do protestantismo, por exemplo. Isto incentivou outras nações à expansão marítima e, para esconder informações estratégicas, proibiu-se, pela Santa Inquisição, a circulação de livros e tipografias. No Brasil, neste sentido, só se chegou uma prensa deste tipo em 1808 junto com a família real. No Peru já existiam jornais pelo menos desde o século XVII. Universidades também foram proibidas aqui, enquanto a América espanhola já as possuía desde 1536. Por isso os historiadores tradicionais contaram apenas com poucos documentos, em geral somente os produzidos pelo governo central.

Ao contrário do que constataram, a maioria dos que vinham, vinham para ficar, não apenas para enriquecer e voltar para Portugal, como ficou consagrado na historiografia tradicional. O mito de enriquecer para voltar para Portugal era válido para funcionários do governo central, mas estes eram a minoria no processo de colonização. Os termos “Brasil” e “brasileiro” surgem, posteriormente, justamente desta vacuidade do poder central e a realidade empírica do poder local consuetudinário, suas leis pelos costumes, reforçada pela expulsão dos holandeses. A afirmação de uma identidade positiva, forma geral de consciência, uma afirmação de substância da vida. O sertão mesmo já era explorado pelos moradores locais, e o governo geral apenas quis se meter quando da descoberta do ouro.

Em torno de 1697 o governador geral foi morar em São Paulo por causa da descoberta das minas, e o relacionamento entre os moradores e o governo central, que antes era distante, passou a se tornar mais tenso. No final do século XVII, a área mineradora passa a tornar realidade a miscigenação total, não mais as alianças brancos-tupis. Como a lógica de todo o processo era o interesse por riqueza, o casamento por alianças perde a força.

Entra-se no Século do Ouro, o século XVIII. Há a tentativa da Coroa de centralizar o poder e aumentar a arrecadação de impostos, o que tornou o Brasil o principal pagador pela manutenção do Império. Cobrava-se muito em impostos e pouco se ofertava de serviços aos

moradores. Caldeira (2017) aponta que em torno de 1693 a arrecadação da capitania de Pernambuco foi de 13 contos de réis, enquanto os gastos com a própria capitania foram de 5. Os 8 restantes eram mandados para Lisboa. Mesmo com a cobrança de impostos colossal, ao longo do século XVIII a economia colonial tinha um desempenho superior à economia metropolitana (Caldeira, 2017).

A substituição do governo geral pelo vice-reinado, com Pombal, fez uma leve alteração neste quadro. O século XVIII significou a expansão da esfera central do governo, com as reformas pombalinas. Pombal se posicionou claramente contra os jesuítas e a favor do governo central. O território ainda se encontrava não muito bem delimitado, e em 1750 houve o Tratado de Madri em que se estabelecia novas fronteiras entre as colônias de Portugal e Espanha. Portugal cedeu a colônia de Sacramento, atual território do Uruguai, para a Espanha. Neste momento, quando o tratado foi assinado, muitos nativos ainda não tinham visto europeus, e viviam suas vidas normalmente, isolados (Caldeira, 2017). Em 1763, a capital foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro.

São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso eram capitanias que, obviamente, não tinham sede no litoral. Passaram a ser governadas por delegados temporários vindos de fora, sem raízes locais e com interesses que não coincidiam, na maioria das vezes, com aqueles das elites locais. Se tornaram zonas de controle direto de Lisboa.

No fim do século XVIII os governos locais do território já tinham capacidade de comandar instâncias de poder. O Brasil supera, assim, Portugal. Este período é, na verdade, de progresso da economia do Brasil. A diminuição da exportação, apontada pela historiografia tradicional, não implicava em empobrecimento geral. A decadência da produção de ouro abriu espaço para uma diversificação da economia. A produção de cacau, algodão e arroz, por exemplo, era pujante, em decorrência do mercado interno.

Caldeira (2017) conclui, então, que o mercado interno é que era o centro da dinâmica econômica colonial, não as exportações. A economia estava nas mãos de pequenos proprietários com menos de 5 escravos, e não nas mãos dos latifundiários. Como uma síntese do Brasil colonial, entendemos uma contradição entre os "costumes de baixo" e as "leis de cima" (Caldeira, 2017). A economia tinha dinamismo próprio, com uma sociedade constituída de pequenos produtores independentes.

Ao inverso do que ocorria em Portugal, os vereadores tinham mais poder do que o rei, que estava ausente ou distante. Governadores gerais, ou autoridades nomeadas pelo rei, só exerciam poder de fato na vila em que moravam. A terra era a principal questão econômica da colônia. Na Europa, era bem inalienável da nobreza. Na colônia estava liberada para indivíduos privados, era uma mercadoria. Era necessário apenas ter dinheiro para conquistá-la.

As mulheres também eram muito mais ativas do que no patriarcado europeu. Assumiam a gestão dos negócios da família, eram proprietárias de escravos e possuíam o mesmo número médio de escravos que homens. A herança, no Brasil, já era, neste momento, dividida igualmente entre os herdeiros. Estes são indícios de que, nesta época, o Brasil era avançado em relação ao Ocidente, se atrasando quando do capitalismo (Caldeira, 2017).

Já em 1808 o Brasil chegava a produzir quatro quintos da receita do Tesouro. Portugal produzia pouco, mas recebia três quartos da receita. O rei, acompanhado de mais ou menos 15 mil cortesãos, atravessou o atlântico para viver no Brasil, por motivos que já conhecemos.

O primeiro ato, a abertura dos portos, acontece porque a posição de Portugal como intermediário se tornou inviável. O primeiro curso superior foi criado, com dois séculos de atraso em relação à América Espanhola. A primeira prensa tipográfica chega ao Brasil oficialmente, também. Quando D. João chegou, o Brasil tinha ao menos 358 anos de atraso na produção de impressos. A miséria cultural e educacional foi produzida pelo governo central para evitar revoltas (Caldeira, 2017). Mesmo sendo responsável direto por isso, quando chegou trazendo novidades e mudanças inovadoras, foi considerado progressista pela historiografia tradicional. Essa ilusão de D. João como um progressista é contra-argumentada pois que, com a imprensa, também vieram as censuras. A imprensa legal, permitida, era apenas a Imprensa Régia. Quando começou a se imprimir no Brasil, imprimia-se obras já ultrapassadas, expressão da mentalidade do Antigo Regime.

Entre os séculos XVII e XVIII Portugal se colocava como um muro entre o Brasil e o mundo. Esta situação tinha se alterado no século XIX. O controle de exportação e importação, juntamente com o controle cultural, passa a operar em território brasileiro. Os costumes, lei oficial dos analfabetos, ainda vigoravam. Suas maiores expressões continuavam sendo as alianças por casamentos e as redes privadas de fiado. A abertura do Brasil, entretanto, permitia pensar nas pessoas comuns e seus costumes. Ideias, como a de soberania popular, surgiam. Projetos de independência passaram a ser discutidos.

Com a chegada da corte, as elites coloniais locais passaram a vislumbrar a possibilidade de um governo central capaz de processar seus interesses locais. Enquanto isso, a situação de Portugal se tornava muito ruim, obrigando o monarca a voltar a Lisboa.

D. João volta para Portugal levando consigo os tesouros do Banco do Brasil. José Bonifácio teve um papel fundamental ao lado de D. Pedro I, deixado pelo seu pai como governante do Brasil. Tentou criar leis que protegiam a natureza, e tentava conciliar iluminismo com o antigo regime. Pedro I e José Bonifácio articularam um plano de Independência para assegurar a monarquia, considerando as conspirações republicanas.

Bonifácio articulou criar uma constituição que incorporasse os costumes das localidades e, em troca, as lideranças locais aceitariam a monarquia e a cultura do antigo regime. Em 1822 foi convocada uma assembleia constituinte e nomeados os primeiros embaixadores brasileiros no exterior. Caldeia (2017) aponta o 7 de setembro como um acontecimento formal, tendo em vista que a independência já era uma realidade. Mesmo assim, algumas capitânicas, principalmente as mais distantes da capital, ainda se relacionavam mais com Lisboa.

O fim da escravidão se coloca, neste momento, mais como um problema econômico do que legal. Custaria muito caro. A solução que a Inglaterra pressionava era de longo prazo. A princípio, dever-se-ia lutar contra o tráfico. José Bonifácio mesmo negociou o fim da escravidão com a Inglaterra, para que esta reconhecesse a independência do Brasil.

Com a constituição de 1824 é instaurado o poder moderador, depois de D. Pedro I fechar a constituinte e promulgar sua própria constituição. Foi uma vitória, ainda que momentânea, do Antigo Regime sobre o Iluminismo. Havia fortes posicionamentos fisiocratas, contra a indústria e a favor da agricultura. Entendiam a agricultura como a única produtora de riqueza. Esse pensamento, segundo Marx, surgiu sobretudo na França (com François Quesnay), por ser este um país agrícola em que o agricultor era visto como um verdadeiro capitalista.

O contexto do Brasil pós independência é de um país novo, com um conflito muito acirrado entre os poderes (a expressão máxima deste conflito é a Constituição de 1824), guerra com o principal vizinho (Argentina) e economia à beira do caos monetário. Era uma situação de crise permanente. O povo, pela primeira vez, sentiu seus interesses representados no confronto entre o parlamento e o rei. Nesta época, os recém-formados jornais

disseminavam uma posição de oposição ao governo. Jorge Caldeira (2017) coloca como se o parlamento do poder significasse, conseqüentemente, a população no poder, visto que são eleitos por ela. No entanto, o poder do parlamento era o poder das elites locais.

DELFIN NETTO E O PROBLEMA DO CAFÉ NO BRASIL

Delfim Netto (2009) reconhece a complementaridade da ciência histórica com a Economia ao afirmar ser impossível pensar o problema do café sem pesquisar História. Netto (2009) procura relações entre a História do café no século XX, a volatilidade do câmbio e a estabilidade ou instabilidade econômica do Brasil, inserindo esta relação complexa no panorama mais geral do mundo dos negócios. A conclusão é a percepção de que há um comportamento cíclico dos preços no mercado cafeeiro que, ao ser estudado intrinsecamente com a História, nos ajuda a compreender a dinâmica geral da economia brasileira.

O período estudado no livro, mas especificamente, compreende um século, indo de 1857 a 1957. Na primeira metade destes 100 anos, o mercado foi inteiramente livre; na segunda metade, foi de intervenções estatais como política econômica. Logo, se faz necessário compreender como se comportam os preços, primeiramente, em uma situação de mercado livre.

As características do preço do Café em um mercado livre (de 1857 à 1906, quando do Convênio de Taubaté, que inaugura uma ideologia de intervenções estatais para controlar a tendência de queda dos preços) são: 1) flutuavam sem apresentar qualquer tendência secular, isto é, junto com os preços do mercado mundial geral, não representando uma anormalidade, mas apresentando movimentos próprios; 2) as flutuações mostram que, com certeza, há um movimento oscilatório, contra a ideia de que os preços variam de forma aleatória – este comportamento oscilatório se justifica pelo fato de que, em condições normais, a planta só produz café no quinto ano de vida e, num mercado inteiramente livre, o preço seria formado de maneira a regular oferta e procura. O resultado, segundo Netto (2009), é que, em época de livre mercado, se exportou mais.

O primeiro ciclo, de 1857 a 1868, correspondeu ao período de degradação do açúcar. Em 1857 houve a ascensão dos preços do café por três motivos: 1) recuperação da economia europeia, o que aumenta a demanda; 2) infestação das culturas brasileiras por um parasita, o *elachistacoffela*, o que diminui a oferta; 3) a Lei Eusébio de Queiroz de 1850 limitou a oferta de mão de obra do mercado nacional, maior fornecedor do produto. Este aumento de preços provocou uma melhoria na receita de divisas, estimulando a plantação de mais café. Como se demora, segundo Netto (20019, geralmente 5 anos para a planta crescer e poder colher, só poderia ser percebido o impacto das novas plantações nos preços mais tarde. Há também o fato de que a Guerra de Secessão, nos EUA, diminuiu a venda de algodão e, conseqüentemente, a demanda de café deste país, o que, de forma geral, abre a produção brasileira por um lado, mas diminui por outro.

Em 1864, os preços do café já estavam caindo. Havia a diminuição da procura dos EUA, pela já mencionada Guerra de Secessão, além do aumento da oferta brasileira. O aumento da produção da América Central e Ásia também é um fator que influencia esta realidade. O preço caiu, entretanto o volume produzido permitiu uma estabilidade na arrecadação de divisas. Este aumento no volume é referente ao estímulo a mais plantações devido ao já mencionado aumento dos preços de 1857.

Observe a imagem a seguir. Antes da Guerra de Secessão, de 1861 a 1864, os EUA consumiam sozinhos o equivalente do que se consumia em todos os países da Europa. Acrescenta-se que a população dos EUA era bem menor que a do Império Britânico, por exemplo.

EXPORTAÇÃO (EM 1.000.000 DE SACAS)		
Anos	Europa	Estados Unidos
1857	1,5	1,1
1858	0,8	1,4
1859	1,1	1,4
1860	1,4	1,4
1861	1,6	0,9
1862	1,3	0,5
1863	1,2	0,5
1864	1,1	0,7
1865	2,3	0,9
1866	1,3	1,0
1867	1,7	1,5
1868	1,4	1,4
1869	1,6	1,5

Guerra de Secessão

Imagem 9. Fonte: NETTO, Antônio Delfim. O problema do café no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 3ª Edição, 2009.

Em 1865, o café passa a ser vendido torrado e em pacotes aos consumidores. Antes, era vendido verde e os próprios consumidores o torravam. Isto abre espaço para uma luta mais feroz entre a concorrência, tendo em vista que, quando vendido verde, a qualidade de aroma e paladar ficava por responsabilidade do consumidor, e agora não mais. Isso representou uma verdadeira revolução mercadológica (Netto, 2009), pois significou uma transformação radical nas relações de comercialização entre produtores e consumidores. Era possível, a partir daí, misturar o café com outras substâncias, tornando-o melhor distinguível entre as marcas. Como o consumo passa a ser mais fácil, o produto alcança mais consumidores. Entre 1850 e 1860, o Vale da Paraíba é o local mais forte na produção, sendo, mais tarde, substituído pela região plana entre Ribeirão Preto e Campinas.

O segundo ciclo, de 1869 a 1885, foi marcado por uma queda da produção mundial de café pela quebra da safra brasileira e da América Central. Com menos mercadorias no mercado, aumentam-se drasticamente os preços. Em 1870 houve uma geada que dizimou os cafezais paulistas. Neste período o café representava 60% das exportações brasileiras. Mas, mesmo em meio à crise mundial, o Brasil cresceu em receita de divisas.

Este crescimento na receita de divisas deve-se à compensação da queda nos preços pelo volume exportado. Acrescenta-se que em 1875 começou a recuperação da economia europeia da crise de 1873 – o chamado Pânico de 1873 foi uma grave depressão econômica de âmbito internacional que afetou os Estados Unidos até 1877. A libertação dos escravos, 11 anos depois, em 1888, foi também um marco fundamental. Por ter mão de obra de imigrantes, São Paulo sai na frente na produção de café, enquanto o Rio de Janeiro passa por uma crise de falta de mão de obra, tendo em vista que se utilizava majoritariamente a mão de obra escrava.

Netto (2009) aponta que essa libertação gerou problemas aos grandes proprietários. Antes dela, os recursos necessários para o custeio da fazenda eram baixos, porque a parte mais importante, a mão de obra, não era paga. No entanto, o autor pode estar ignorando o fato de que o preço desta mão de obra era concentrado todo no início, ao comprar o escravo que, como se sabe, não era uma mercadoria barata. De qualquer forma, como os imigrantes eram habituados a um padrão de vida mais elevado, foi necessário muito capital de giro para pagar suas habitações e salários.

Cabe fazer uma observação geral: percebe-se uma constante econômica de que sempre que há o aumento de preços, há estímulo à produção. Aí se produz mais e, dentro de 4 ou 5 anos, os preços caem, devido ao aumento da oferta. Mas o Brasil mantém, geralmente, a receita de divisas pelo volume de café produzido, enquanto o mercado o pudesse absorver.

Netto (2009) concorda com Caio Prado Júnior (2006) e Celso Furtado (2007) de que a agricultura de subsistência é abandonada, por que a produção para a exportação, principalmente neste caso, do Café, dava mais lucro, diferente do que apresentou Jorge Caldeira (2017).

Em resumo, os preços do café elevaram as receitas do país, num primeiro momento, estimulando a produção de novas plantações. Depois, estas novas plantações geraram uma fase de decadência dos preços, mas a receita se manteve com o aumento do volume da produção, porque o mercado ainda absorvia essa quantidade exorbitante de café produzido, devido à recuperação das economias europeias e estadunidenses. Chegaria uma hora que o mercado não poderia mais absorver, como ocorreu. Este é o problema do café no Brasil, um elemento regulador teria que surgir como mecanismo compensador.

A República se inicia com a tendência de baixa dos preços do café, em 1890. O governo tinha um viés certamente autoritário, de voluntarismo político, o que justifica as

intervenções que aconteceriam. A gênese do problema do café no Brasil estava na coincidência de uma queda mais rápida do câmbio do que dos preços do café. Isso criou condições para a expansão da agricultura cafeeira, mas o mercado já não podia absorver a quantidade produzida, a não ser a preços ínfimos.

O início do século XX é marcado por muito estímulo à produção de café, mas com baixo consumo. As ferrovias, a descoberta de territórios planos e férteis, juntamente com a elevação dos preços, dobrou a produção brasileira em menos de 10 anos. A falta de mão de obra gerava, conseqüentemente, aumento de salários. O problema dos fazendeiros era de que seus rendimentos caíam como eram antes da libertação dos escravos, mas seus custos não acompanhavam.

Para Joaquim Murtinho, Ministro da Fazenda de Campos Sales, o problema seria resolvido pelo próprio mercado: pela concorrência, se eliminaria as marcas de café marginais, diminuindo a oferta numa espécie de “seleção natural”. Isso partia do fato de que, para ele, o Estado só deveria agir no consumo, investindo em propaganda para alcançar mais compradores, por exemplo, e nunca na produção. O problema era que o aumento desenfreado da produção criava um desgaste entre oferta e procura, desequilibrando os preços. Em 1902, se tornou popular a ideia de que era necessária uma intervenção na oferta. São Paulo, por exemplo, proíbe a produção de novas plantas de café para os próximos 5 anos, com fim em 1907.

Em São Paulo, o colonato era a principal forma de exploração, enquanto nos demais estados a principal era a parceria. Sob o sistema de colonato, havia uma remuneração fixa acrescida de uma remuneração por dia de trabalho. Também se acrescentava, em alguns casos, uma remuneração diretamente proporcional ao número de sacas de café colhido, além do que os trabalhadores produziam internamente para subsistência. Sob o sistema de parceria havia um contrato e o que o parceiro (trabalhador) deveria fazer para cumpri-lo era problema dele, não do grande proprietário. Enquanto o colonato é uma relação tipicamente industrial, a parceria é, na verdade, um arrendamento especial (Netto, 2009). A queda dos preços do café, entretanto, age diferente nas duas formas de relação de trabalho. No regime de colonato, os prejuízos caem sobre o empresário; no regime de parceria, ele é dividido com os trabalhadores. Porque em São Paulo vigorava o regime de colonato, em que o prejuízo recaía sobre os grandes proprietários, exclusivamente, a pressão por intervenção estatal surgiu neste

estado. A ideia mais aclamada era a de aplicar o chamado Buffer-stock, em que se estocava os alimentos para manter os preços altos, liberando-os quando os preços estiverem baixos.

A principal causa da expansão cafeeira é a rápida depreciação da taxa cambial. Com ela, os fazendeiros lucravam mais em moeda nacional, pois exportavam para o exterior. Esta depreciação da taxa cambial se deu pelo crescimento das emissões depois da Proclamação da República. Aumentando o papel moeda no mercado, o seu valor caía, os fazendeiros lucravam mais e investiam em ampliar a produção, procurando lucrar mais ainda. Mas para o mercado interno era horrível, porque os produtos industrializados, dos quais dependiam de importações, ficaram mais caros. Quando o mercado europeu perdeu sua capacidade de absorver a grande quantidade de café produzida pelo Brasil, gerou uma crise de superprodução. A saída encontrada foi justamente a intervenção estatal, fazendo estoques. Para Netto (2009), a política intervencionista poderia até resolver o problema superficialmente, ou a curto prazo, embora não se sustentasse muito para o futuro.

Netto (2009) acredita que a proposta de Murtinho tinha mais capacidade de resolver o problema, embora às custas dos pequenos produtores, concentrando renda. A intervenção governamental foi arrefecida pela safra de 1903-1904 e 1905-1906, porque a ideia era estocar justamente por causa da superprodução e, no entanto, essas safras foram baixas. O preço interno do café aumentou, o que dificultava ao Estado as compras para fazer estoques. Já a safra de 1906-1907, período em que acontecia o Convênio de Taubaté, foi tão grande que se produziu mais do que o mundo inteiro poderia consumir. Isto, juntamente com o Convênio, fomentou a ideia de intervencionismo. Esta referida safra foi tão grande que se pensou na impossibilidade de se evitar o desastre se não pela necessidade de intervenção governamental.

Neste momento, os EUA reexportavam o café brasileiro, impedindo o acesso direto do Brasil a outros países e, conseqüentemente, enfraquecendo nossa posição no mercado. Esta era uma das maiores dificuldades do Brasil no comércio internacional. Os operadores internacionais realizavam estoques quando os preços eram mais baixos e reduziam as compras quando os preços se elevaram. Isto impedia que tivéssemos vantagens nos anos de safras ruins. Esta é a explicação do porquê, se os preços no varejo não flutuavam com os preços de importação, das violentas oscilações nos valores de nossas exportações.

A safra de 1906-1907, como já mencionado, produziu mais café do que o mundo inteiro poderia consumir. O contexto geral, ainda, era de preços muito baixos. Para que fosse consumido todo o café produzido, era necessária uma ainda mais violenta queda de preços.

Isso sem contar que o setor de comercialização do produto contava, ainda, com volumosos estoques. Além disso, desde 1900, pelo menos, a taxa cambial estava baixa, devido à ampliação do volume de produção. A melhora da taxa cambial significava prejuízo para os exportadores de café, então esse problema não poderia ser resolvido pelo mercado pura e simplesmente, a não ser que se queimasse o produto – como os capitalistas geralmente fazem em crises de superprodução para controlar os preços –, o que é um desperdício grave. Por todos os caminhos se tornava necessária uma intervenção governamental.

A primeira intervenção estatal foi em 1902, como uma medida limitadora da oferta. O Estado de São Paulo proibiu a plantação de novos cafezais. De 1906 a 1908 vigorou a primeira ação valorizadora. A partir do Convênio de Taubaté, a possibilidade de intervenção estatal foi seriamente considerada pelos estados de São Paulo, representados por Jorge Tibiriçá; Minas Gerais, representado por Francisco Salles; e Rio de Janeiro, representado por Nilo Peçanha.

Taubaté era uma cidade no interior de São Paulo, no Vale do Paraíba. Esse convênio entre esses três estados serviria para a valorização do café e promoção do consumo. As medidas práticas eram: congelamento de preços, melhora da propaganda no exterior, estímulo do consumo interno e, por fim, a criação de obstáculos para a exportação dos cafés inferiores ao tipo 7. Tudo isso seria feito com dinheiro de empréstimos, principalmente da Inglaterra. Havia, ainda, uma medida complementar: dificultar a expansão da área plantada de café.

O Convênio, no entanto, dependia do apoio da União para retirar o empréstimo internacional necessário. A crítica de Netto (2009) é que o problema de superprodução cafeeira não é um problema cambial. Baixar a taxa cambial, simplesmente, favorecia os cafeicultores, transferindo recursos dos consumidores. Para o autor, a Câmara fez muito bem em separar os dois projetos, a saber, o de valorização do café e o de baixar a taxa de câmbio.

O projeto de valorização tinha como ferramenta a fixação do preço. Este preço seria financiado por um empréstimo de 15 milhões de libras esterlinas, da Inglaterra, que seria pago com o imposto de francos por saca de café exportado. Os 15 milhões seriam, entretanto, impossíveis de conseguir por não ter apoio da União. Os governadores do Rio de Janeiro e Minas Gerais desistiram. São Paulo teve que procurar, por si mesmo, outros meios para conseguir a valorização. Dos 15 milhões que seriam necessários para custear o plano, só conseguiu um, e começou a estocar por conta própria. São Paulo resistiu e foi a vanguarda do plano de valorização do café. A União foi obrigada a intervir, pelo Banco do Brasil, por causa

da depreciação do café de tipo inferior ao 7. O governo de São Paulo comprou todo o excedente e o armazenou para evitar a crise de superprodução do presente e vender no futuro por preços compensadores.

A primeira fase da valorização tirou o excedente do mercado e os preços já deram sinais de recuperação. A ideia geral por trás do projeto se apoiava em algumas premissas. A primeira era de que, mesmo a sobretaxa de 3 francos, mais o aumento do preço produzido pela retirada do excedente, seria imperceptível ao consumidor. Em segundo lugar, que as elevações de preço seriam incapazes de dar nascimento a uma concorrência mais ativa. Acreditava-se cegamente na predestinação brasileira para o café, chegando à conclusão de que os concorrentes eram praticamente inexistentes. Por fim, como desde 1902 existiam no Brasil limitações ao plantio, a produção nacional não poderia crescer de maneira importante no futuro. A safra de 1906-1907 seria consequência de circunstâncias particularmente felizes e que tinham pequena probabilidade de se repetirem. A conclusão de tudo isto era que o preço da valorização seria, portanto, unicamente os juros que se deveria pagar pelo empréstimo. Nas palavras do autor:

O Convênio dava realmente a impressão de um passe de mágica, pois permitia resolver o problema sem custo aparente para o país: realizava-se um empréstimo externo, comprava-se café, os preços subiam e, com uma taxa de exportação e com a venda posterior dos cafés retirados do mercado, o empréstimo seria resgatado (Netto, 2009).

O plano de valorização não era para salvar as receitas de divisas do país, mas para salvar o cafeicultor. Só se pensou na receita de divisas quando da discussão na Câmara sobre a garantia da União para os empréstimos de 15 milhões de libras para São Paulo. De qualquer forma, o aumento das receitas de divisas seria uma consequência, tendo em vista que o café representava mais de 50% das receitas. Ou seja, percebemos que o plano de valorização surgiu como um instrumento de classe.

Do ponto de vista histórico, a apreciação crítica da operação só pode ser feita se comparados os resultados alcançados com o objetivo proposto. O objetivo era a melhoria da remuneração dos cafeicultores em moeda nacional. Neste caso, a elevação dos preços foi tão violenta quanto efêmera. Já em 1914 chegou ao mesmo nível que em 1904. A operação de valorização, então, só conseguiu garantir o mesmo preço, na melhor das hipóteses, em circunstâncias muito delicadas e perigosas.

Por outro lado, os julgamentos desta operação por meio de uma análise meramente contábil de entrada e saída de recursos não têm sentido para Netto (2009). Deste ponto de vista, a valorização foi bem-sucedida pois em 1914 todas as dívidas estavam pagas e São Paulo ainda possuía 3,1 mil sacas de café estocadas. Neste quadro, os comerciantes lucraram e os banqueiros também.

Para Delfim Netto (2009) tanto faz o plano de valorização. Os preços do café aumentaram bastante no atacado, mas no varejo muito pouco. Na Europa, o parlamento defendia os direitos dos consumidores. Por isso houve uma pequena reação do consumo à violenta elevação dos preços no atacado. De qualquer forma, como esta primeira intervenção teve resultado, abriu-se espaço para várias intervenções no futuro. O autor, liberal como é, obviamente considera isso ruim.

Na segunda ação valorizadora, que vigorou de 1917 a 1920, São Paulo ainda tinha estoques. A I Guerra Mundial forçou uma nova intervenção. O governo voltou a emitir papel moeda por não ter como recorrer ao crédito internacional. A política de Murinho, de não intervenção, foi continuada por Leopoldo de Bulhões, Ministro de Rodrigues Alves. Quando a guerra acabou, só São Paulo tinha o controle de todo o mercado mundial do café. A geada de 1918 diminuiu a safra, aumentando os preços, o que fez com que o estado alcançasse lucros fabulosos. Encerraram-se os estoques de valorização de 1906. Acharam que o Plano tinha dado certo por si mesmo, mas Netto (2009) considera que foi a guerra que criou condições muito favoráveis para o sucesso do plano. O autor acredita, de forma reiterada, que o sucesso do plano nunca se deu pelo plano em si, mas pelas conjunturas. Uma delas era a estabilidade cambial. Os preços subiram mais depressa no exterior do que no interior. Assim, as importações também aumentaram por causa da diminuição da oferta, mas as exportações aumentaram primeiro. Por essas e outras, o plano parecia ser um sucesso. Esse sucesso, mesmo que devido a condições favoráveis, fortaleceu as ideias dos valorizados intervencionistas, que não encontraram dificuldades para intervir em outras situações.

Augusto Ramos, importante idealizador do Convênio de Taubaté, defendeu que a retração dos créditos americanos e ingleses só poderia ser contornada pela intervenção governamental do mercado. O Estado deveria reduzir os preços para manter o mesmo volume de venda. E reduzir muito, pois os compradores (americanos principalmente) tinham estoques e só comprariam bem abaixo para fazer média dos preços. Estados Unidos e Europa reagiram à crise de 1920 com protecionismo. Queriam sustentar o nível de atividade interna, mas

reduziram em conjunto o comércio internacional. Em 1921 o Presidente Epitácio Pessoa reconhece a importância do Café nas receitas de divisas:

O café representa a principal parcela no valor global de nossa exportação e é, portanto, o produto que mais ouro fornece à solução dos nossos compromissos no estrangeiro. A defesa do valor do café constitui, portanto, um problema nacional, cuja solução se impõe a boa política econômica e financeira do Brasil (Mensagem de 1921 de Epitácio Pessoa, em Netto 2009).

Considera, como vimos, a valorização do café um "problema nacional". Tire um empréstimo de 9 milhões para fazer estoque. O congresso responde criando um Instituto de Defesa de todos os produtos. Esta é a brecha para o governo intervir em qualquer produto que se apresentava em baixa.

Logo depois da safra de 16,2 milhões de 1920-1921, a produção caiu para 3 milhões em 1923. Isto é, mesmo que não houvesse a operação, o preço seria valorizado, reforçando a ideia de Netto (2009) de que a conjuntura, geralmente, faz a valorização dos preços. A economia do mundo já estava recuperada, o consumo estava aumentando. Em 1924, o estoque já estava vendido, e o empréstimo de 9 milhões já estava pago. Fortaleceu-se, ainda mais novamente, a posição dos intervencionistas. As intervenções se tornam, então, uma espécie de plano de defesa permanente. Essa política de valorização permanente fomenta a concorrência em outros países. Os Estados Unidos, um de nossos maiores compradores, por exemplo, passa a importar da Colômbia.

Em 1922, a produção não expandia ainda mais por falta de mão de obra e crédito. Os custos da produção aumentaram com a elevação dos preços em moeda nacional. O café fornecia muito lucro. Isto era estímulo para ampliar sua cultura, inclusive internacionalmente. Outros países investiram na produção de café, gerando aumento da concorrência, o que, por sua vez, gerava queda de preços. Isto é, o êxito do sistema era a curto prazo. A longo prazo, ele seria autodestrutivo. A produção da concorrência contribuiu para existir uma superprodução incontrolável a nível mundial.

A terceira ação valorizadora, a partir de 1924, já se caracterizava como uma defesa permanente. O governo federal, com Washington Luís, passa os encargos da defesa para o Estado de São Paulo. Fica ao encargo do estado o abastecimento do mercado interno. Em termos gerais, o Brasil burocratizou a exportação de café para valorizar o preço. Fez os

compradores procurarem outros fornecedores. O café dos outros fornecedores, destaca-se a Colômbia, não era melhor, mas era mais fácil.

Esperava-se que a safra de 1928 - 1929 fosse menor, mas ela foi tão grande quanto as anteriores. Isso ameaçou o plano de defesa. Para completar, ainda houve a quebra da bolsa de valores de 1929. Ou seja, para Netto (2009), quando a conjuntura não é boa, o plano não dá certo. Esta seria mais uma prova de que o sucesso não se devia ao plano, mas às conjunturas favoráveis.

Getúlio Vargas, em 1930, nomeou o governador do Estado de São Paulo, que não era mais eleito por voto direto. A crise mundial se aprofundava, diminuindo os rendimentos dos consumidores, mas no interior os preços se valorizavam. A safra de 1931-1932 produziu aproximadamente 2 milhões de sacas, sendo a terceira safra consecutiva de alta. Ficava claro que o Brasil tinha um excesso de capacidade de produção. A defesa seria irrealizável porque não haveria recursos necessários para comprar e estocar todo este volume de café produzido. Além disso, estávamos sem perspectivas de aumento de consumo devido à crise mundial desde 1929. Na época, o Ministro da Fazenda do Governo Provisório era José Maria Whitaker. Ele tinha que lidar com esta encruzilhada: a dívida externa era volumosa, e a desvalorização cambial tornava o seu pagamento ainda mais pesado. A solução encontrada foi comprar café para destruí-lo, como forma de controlar os preços. Em 1931 foram queimadas 2,8 milhões de sacas; em 1932, 9 milhões; em 1933, 13,9 milhões e em 1937, 17,2 milhões (Netto, 2009). De 1929 em diante, houve uma incapacidade de valorização. Ela se justificava pelo excesso de capacidade produtiva em uma conjuntura de crise mundial. Mesmo que se reduzissem os preços a quase nada, os operadores não iam ter recursos para comprar todo o café. A queima do café serviu para evitar desemprego e, conseqüentemente, desorganização mundial. Nas palavras do autor:

Produzir Café para queimá-lo de fato é absurdo, mas não há dúvida de que queimar uma saca de café é, do ponto de vista social, menos importante do que despedir um chefe de família e forçá-lo a roubar ou a prostituir sua esposa para alimentar seus filhos (Netto, 2009).

Segundo o autor, o resultado das defesas a partir de então, na década de 1940, foi o de conseguir dólares que uma política liberal não conseguiria. Mas descontentou os consumidores, principalmente os Estados Unidos, o que gerou condições favoráveis para o

desenvolvimento de uma concorrência de proporções sem precedentes. Isto é, abrimos caminho para essa nova crise cafeeira semelhante à dos anos 1930.

Até 1885 só existia o café brasileiro e asiático. Depois deste ano, a Colômbia e alguns países da África entraram na concorrência. Mesmo assim, até pelo menos 1950, a produção colombiana e africana era irrisória. Esta concorrência aumentou a partir da I Guerra Mundial com o aumento da absorção do produto sem o aumento das exportações do Brasil. A Ásia sai de vez da cena por causa da ferrugem do cafeeiro, que ataca as plantações no continente. A Colômbia entra em seu lugar como segundo maior exportador do produto, atuando em espaços do mercado não dominados pelo Brasil.

Para Netto (2009), a produção colombiana só voltou a crescer por causa do estímulo da defesa promovida desde o Convênio de Taubaté. Quando vigorava o livre-mercado, a Colômbia não era incômoda. Para o autor, então, o motivo da expansão colombiana é justamente a defesa dos preços que se tornaram permanentes. Lembremos, também, que a defesa é um ajuste artificial entre oferta e procura para sustentação do nível de preços.

Em um mercado de estado livre observou-se, então, a instabilidade cíclica de preços. No mercado em condições de defesa, a instabilidade de preços também é uma realidade, mas com o agravante de proporcionar condições vantajosas para a concorrência.

A defesa teria se originado do interesse de elevar os preços internos do café. Baseava-se na ideia de que seria possível fazer os consumidores pagarem o preço pela elevação. Qualquer que fosse o processo, é óbvio que ele pressupõe um preço mínimo de compra por parte do organismo executor da oferta. Países de baixa produtividade agrícola, por exemplo, não se desenvolvem. A maior parte da população trabalha para atender somente às suas necessidades mais rudimentares. Para desenvolver-se, inclusive industrialmente, o país deve melhorar a produtividade agrícola. Aumentando a produtividade no campo, libera-se mão de obra para trabalhar nas indústrias, por exemplo. O protecionismo, segundo Netto (2009), matou a industrialização do Brasil⁴¹. Os preços do café não baixaram internamente, impossibilitando a transferência de mão de obra. A defesa promoveu, então, uma estabilização da taxa cambial, e seu custo social foi a desindustrialização do país e a inflação.

⁴¹ Sobre o problema da industrialização do Brasil, consultar: LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1975.

A proposta do autor é a de que só uma política de entendimento internacional entre os vários produtores poderia eventualmente reduzir a instabilidade dos preços, característica inerente do mercado porque oscila tanto com a plena liberdade, quanto com as políticas de intervenção. Para ele, são necessários planos supraestatais, que dependem, geralmente, de dois fatores: 1) se o acordo não geraria sua própria destruição; ou 2) se seria aceito por grandes e pequenos, em estabilidade.

HERBERT KLEIN, FRANCISCO VIDAL LUNA E O SURGIMENTO DA MODERNA ECONOMIA AGRÍCOLA NO BRASIL

Herbert Klein e Francisco Vidal Luna (2020), em obra recente sobre a economia brasileira e sua História até se tornar uma economia agrícola moderna, definem a década de 1960 como um marco. É quando o Brasil, de importador de alimentos, passa a ser o maior exportador do mundo. É válido lembrar que, antes deste período, durante todo o desenvolvimento econômico do país, desde a colonização, geralmente se produzia uma única mercadoria voltada para a exportação. São os já conhecidos "ciclos" da historiografia tradicional: o ciclo do açúcar, da mineração, do café, e assim por diante. A mão de obra, em geral, era péssima, e a produção, corroborando com a interpretação de Caio Prado Júnior (2006), era muito rudimentar: sem tecnologia e sem máquinas. A principal "alavanca" da economia nacional era o avanço sobre terras virgens, o que, num futuro próximo, se tornaria bastante limitado.

A partir da década de 1960, o Brasil melhorou muito em tecnologia, mão de obra e, conseqüentemente, em ampliar sua produtividade. No entanto, pelo menos até os anos 1990, transporte e regulação governamental continuam sendo um problema. De qualquer forma, é neste momento que ocorre a modernização da agricultura brasileira que, a seu caráter essencialmente comercial, se acrescenta da introdução de novos produtos que atendem ao mercado internacional, bem como a ocupação de novos espaços e o desenvolvimento de uma tecnologia nacional mais moderna. Esses fatores geram novas relações, mais complexas, entre

produtores e processadores, além de criar um sistema de financiamento público e privado mais sofisticado.

No entanto, o Brasil ainda caminha, de certa forma, na contramão da América Latina. Nos outros países há, a partir deste período, uma reforma agrária combinada com o projeto de modernização. Aqui, a modernização acontece de forma conservadora, isto é, sem reforma agrária. Um dos fatores que justificaram essa dinâmica da modernização da economia brasileira é justamente o fato de que as terras abundantes excluem a necessidade de uma reforma agrária, em um primeiro momento. Melhorando as condições de produção para os proprietários tradicionais, e dando terras aos pobres, essa modernização foi baseada em um sistema tradicional de posse da terra, acima de tudo.

Para compreender essa modernização, entretanto, é necessário voltar um pouco no tempo. Desde 1884 o governo de São Paulo, o mais progressista em termos de mão de obra e produção para exportação no momento, assume os custos das viagens de europeus para o Brasil. Foi, na verdade, uma iniciativa público-privada, como já apontou Jorge Caldeira (2017). Esse processo é acelerado com o fim da escravidão em 1888, quando a imigração em massa de europeus permitiu que não houvesse qualquer ruptura com a produção cafeeira. O aumento da mão de obra, desde o fim do século XIX, gerou, conseqüentemente, o aumento do mercado interno. Isto é o que prepara terreno para a promoção industrial do Brasil.

Klein e Luna (2020) apontam que, embora a mão de obra sempre fosse o principal obstáculo para a produção de café, o transporte precário também se colocava em questão. As primeiras rodovias começaram na década de 1850, rompendo gradualmente com a tradição de transportes por tração animal. A falta de ferrovias limitava o potencial de expansão do sistema e é por isso que, a partir de 1853, São Paulo passa a oferecer subsídios a empresas privadas para a construção delas. Se torna mais uma vez evidente o padrão de parceria entre a iniciativa pública e privada para o desenvolvimento da economia nacional. Essas ferrovias permitiriam a exploração de terras muito boas no interior do território, além do avanço do mercado interno.

Em torno do terceiro ciclo de oscilação dos preços do café, conforme apontado por Delfim Netto (2009), na década de 1890, a superprodução, provocada pela alta dos preços e a desvalorização da moeda nacional, gerou um paradoxo: a expansão contínua com preço em queda. Como vimos, este primeiro esquema de valorização, que começou em 1902, foi bem-sucedido. Os preços no mercado internacional se recuperaram, o Estado vendeu

gradativamente o café estocado, e depois houve mais duas intervenções exitosas: as de 1914 e 1920. Essa política de intervenção levou vantagem à concorrência. O Brasil perdeu 10% do seu mercado (Klein, Luna, 2020). Nesta época, o que era produzido além do café servia ao mercado interno.

A partir de 1870, o Brasil praticamente parou de exportar açúcar, principalmente porque os concorrentes – como Cuba, por exemplo – tinham já mais alta tecnologia, enquanto a nossa ainda era primitiva e rudimentar. Esta mercadoria passa a ser componente do mercado interno. Uma indústria açucareira moderna só chegaria ao Brasil depois da Segunda Guerra Mundial.

O algodão, de maneira geral, chegou a ser importante em dois momentos: o primeiro foi no começo do século XI, com as guerras europeias; e o segundo foi durante a Guerra de Secessão. A borracha natural, produzida na Amazônia, se destacou durante a República Velha, quando começou seu uso em pneus na nascente indústria automotiva do fim do século XIX e início do século XX. Mas já em 1910 surge a concorrência da borracha sintética asiática. O Cacau, também na região amazônica, foi impedido de alcançar grandes proporções por causa dos conflitos entre coronéis e camponeses locais no sul da Bahia. E o milho, entre as décadas de 1920 e 1930, ficou em segundo lugar de produção, depois do café, servindo tanto para o consumo humano quanto animal.

Ainda na década de 1920 o Brasil só se destacava no mercado agrícola internacional por causa do café, e nada mais. Esta produção, baixa se comparada aos padrões mundiais, se devia à tecnologia deficiente. Dos 224 mil estabelecimentos rurais existentes, só 1652 possuíam o arado, por exemplo (Klein, Luna, 2020).

Já a década de 1930 se inicia com uma crise econômica internacional, a da quebra da bolsa de valores de 1929. Combinado a isso, o café se encontrava em uma situação crítica de superprodução. Apesar destes fatores, o PIB não chegou a cair muito, e até voltou a crescer em um prazo de dois anos. A economia agroexportadora passou, aos poucos, a ser substituída pelo mercado interno. De 1930 a 1945 há um forte apoio, por parte do Estado, à industrialização do Brasil, com políticas públicas de substituição das importações. Esta é uma tese interessante, presente na obra de Klein e Luna (2020): a revolução tecnológica na agricultura, em geral, abriu caminho para o desenvolvimento industrial. Como no Brasil a agricultura não era privilegiada em tecnologia, isto determinou o baixo padrão de industrialização.

A partir dos anos 30, a indústria chega a superar a agricultura, embora esta não tenha deixado de crescer por conta do mercado interno, da exportação e da produção de matérias primas para a indústria. Este ramo, mais tradicional na economia brasileira, também continua crescendo devido ao avanço sobre terras virgens, ampliando a área cultivada e, conseqüentemente, a produtividade. Mesmo assim, não houve nenhuma transformação nas relações de classe, ou mesmo no perfil de posse da terra.

Embora Vargas tenha criado a legislação trabalhista, ela não incluiu os trabalhadores do campo. Na verdade, não se tinha o interesse em mudanças sociais no campo, tendo em vista que o então chefe do executivo dependia do apoio da elite proprietária de terras, que financiava os avanços em industrialização e desenvolvimento urbano. A industrialização do Brasil esteve, neste sentido, entrelaçada ao desenvolvimento do mercado interno. As exportações, entretanto, ainda eram 90% de produtos agrícolas, dos quais o café era dois terços (Klein, Luna, 2020).

Após a II Guerra Mundial, diminuem-se as exportações e aumentam as importações (de máquinas, principalmente). O café e o apoio estatal à industrialização seguraram a barra da economia. Kubitschek promove a construção de indústrias mais complexas, as chamadas indústrias de base, para abastecer o parque nacional. Ele trouxe avanços no que se refere à eletricidade, transporte e à indústria pesada. Esses elementos acabaram ajudando a agricultura também, já que a implementação das indústrias automobilísticas, por exemplo, trouxe tratores, além de outras tecnologias. Além disso, a construção de Brasília expandiu a fronteira agrícola. O êxodo rural conviveu com o aumento da população agrária por causa do crescimento demográfico, embora a porcentagem da população trabalhando no campo tenha diminuído de 67% para 54% em 1960 (Klein, Luna, 2020).

Até a década de 1960, a região Centro-Oeste do Brasil era produtora de gado, praticamente. De Vargas, em 1930, ao início da ditadura militar, em 1964, a prioridade do governo era a industrialização. A partir do regime militar, a prioridade se torna a política agrícola. Era mais um projeto de modernização sem transformação na estrutura agrária, permanecendo alta a concentração da posse de terras. O Brasil não passou por reforma agrária como outros países da América Latina e, aqui, a terra ainda era sinônimo de poder, além de ser reserva de valor.

Independente dos evidentes problemas ético-sociais, históricos e democráticos, a ditadura militar é que trouxe modernização para o campo. Criou créditos e instituições, além

da Embrapa em 1973. O objetivo era melhorar a produtividade das terras já ocupadas, para que não se dependesse mais do avanço sobre terras virgens, embora tenha duplicado a área cultivada no Brasil entre 1960 e 1980. Os presidentes militares, em geral, contribuíram com três políticas cruciais: 1) crédito subsidiado; 2) preços mínimos; e 3) a compra de estoques reguladores, tradição no Brasil desde o início do século. Assim, se tornou responsável pelos ganhos de produtividade na agricultura dos últimos 20 anos (Klein, Luna, 2020).

Destaca-se que a Embrapa, empresa importante no processo de modernização da agricultura brasileira, havia sido resultado de dois anos de pesquisa liderada pelo professor José Pastore. Esta empresa resolveu o problema de exploração agrícola do Cerrado, incorporando-o à cadeia produtiva nacional. É uma das realizações mais importantes da ciência agrária brasileira, e uma potência mundial na área, embora haja algumas críticas ao modelo de gestão que apontam para uma burocracia exagerada que a faz perder espaço para grandes multinacionais no fornecimento de tecnologias ao agronegócio.

A década de 1980, com Sarney, passou pela crise do petróleo e pela crise da dívida mexicana. A situação no campo começou a ficar ruim. Como a inflação era muito alta, houve corte dos subsídios e do crédito, tendo em vista que o governo precisava cortar gastos. O cerrado, bioma do Centro-Oeste brasileiro, entretanto, começou a ser mais bem explorado, principalmente com a soja.

Até 1950, o Brasil contava com uma população tradicionalmente rural. Depois, houve o fluxo migratório para as cidades. Nos anos 80, já dois terços da população era urbana, e os trabalhadores rurais se marginalizaram, gerando problemas sociais.

As crises de 1980 levaram o governo a substituir a gasolina por álcool, o que já estavam tentando realizar desde, pelo menos, 1974, com o programa Pró-álcool – é com o programa Proálcool, de 1975 e 1979 que o Brasil passa a adicionar álcool à gasolina produzida nacionalmente, incentivando, também, a produção de carros movidos exclusivamente a álcool. Em meio à inflação explosiva, o governo segurou a barra com subsídios a alimentos. O FMI e o Banco Mundial pressionavam pelo fim de qualquer tipo de protecionismo. Collor cedeu em 1990, abrindo o mercado para o estrangeiro e, com isso, as safras locais não puderam competir com as importações.

A nova economia agrícola, então, surge a partir da década de 1960. Antes disso, o país contava com níveis muito elevados de fome e subnutrição, além de ainda importar alimentos

em quantidades significativas. Até os anos 60, o café era mais da metade das exportações, com uma longa história desde 1840. Já em 2016 representava só 3% das exportações (Luna, Klein, 2020). O que houve de novidade foi um processo ainda em construção no Brasil, de desenvolvimento de uma economia agrícola moderna. O Brasil, até hoje, expandiu e melhorou, aumentando a variedade de sua produção agrícola. Mas houve o inverso na indústria.

Hoje, mesmo não sendo o maior exportador agrícola do mundo em termos quantitativos, é o maior em termos qualitativos. Hoje a produção aumenta porque se amplia a produtividade, com emprego de melhores sementes, inseticidas, fertilizantes e máquinas. Então, a falta de terras virgens é finalmente substituída pela melhoria das condições de produção. De 1985 pra cá, percebe-se uma retração do número de unidades produtivas, indicando concentração na posse da terra. O número de trabalhadores rurais também diminuiu (Klein, Luna, 2020).

O Brasil ainda utiliza menos fertilizantes que outros países da América Latina, e menos que a União Europeia. O Rio Grande do Sul se caracteriza como sendo o maior centro de produção de máquinas agrícolas. É sede da Agrale, uma importante indústria nacional, por exemplo. Outra mudança importante com a modernização dos estabelecimentos agrícolas foi a legalização dos títulos de propriedade e a conseqüente diminuição de posseiros, rentistas e parceiros. As terras passam a ser exploradas por seus proprietários legais, não por arrendamentos e parcerias como discutido por Netto (2009).

O trigo hoje é o produto importado pelo Brasil de maior importância, tendo a Argentina como principal fornecedor. Entre 2016 e 2017, o Brasil alcançou os EUA na produção de soja, seu maior concorrente. Entre 2017 e 2018, o Brasil os supera. O etanol tornou-se uma das grandes expectativas do Brasil no início do século XXI, havendo, inclusive, uma nova proposta de substituir gasolina por álcool. Mas, desta vez, com os motores flex. O Brasil se torna o segundo maior exportador de etanol combustível e, embora os EUA ainda sejam os primeiros, nós crescemos mais por ano. Então, a tendência, segundo estimativas da ONU, é de superação. Hoje essa superação não é mais uma grande expectativa, porque vemos a expansão dos carros elétricos.

Houve o crescimento da pecuária, especialmente a bovina. Em 1980 ela extrapolou o consumo interno, diferente do que havia desde a colonização. Só nos últimos 40 anos é que as

tecnologias chegaram e permitiram, por exemplo, pastos plantados, aumentando a produtividade. Em 1980 o Brasil já possuía o maior rebanho bovino do mundo.

Em 2004, o Brasil se tornou o maior exportador de carne bovina. A JBS, indústria nacional, é o maior frigorífico do mundo. Os nossos maiores compradores são a China, Egito, Rússia e os países Árabes. A maioria dos países europeus e americanos conseguem produzir carne de frango para o próprio consumo, mas a carne bovina brasileira é que alcança esses mercados.

De carne de frango, a Sadia é o maior frigorífico, e a Arábia Saudita o nosso maior comprador. O sistema halal⁴² mostra como as nossas empresas possuem uma grande capacidade de se adaptar ao mercado.

Os Estados Unidos foram os maiores compradores do Brasil, principalmente por causa do café, durante um século. Desde 2009 esta posição é ocupada pela China que, hoje, chega a comprar o dobro que os Estados Unidos compram do Brasil.

Há um crescimento da agricultura brasileira apesar de todos os eventos negativos dos anos 1980 e 1990 e apesar do fim do apoio governamental e a abertura da economia nacional ao comércio mundial. Destaca-se o empreendedorismo dos agricultores que venceram e aprenderam a cooperar mutuamente para alcançar todo este sucesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Orientação, estímulo e incentivo do Estado à atividade de sua população, bem como o posicionamento de não estabelecer obstáculos ao seu desenvolvimento, são condições *sine qua non* para a prosperidade da Nação. Este desenvolvimento se dá pelo aproveitamento do trabalho produtivo, sendo preciso uma síntese entre a tradição e inovação. Concordamos com Lobo (1972) que a inteligência e a consciência devem ocupar o lugar do hábito e da rotina

⁴² Esse sistema segue uma forma de abate específica em respeito à religião islâmica. O animal tem que estar saudável na hora do abate, e este deve ser feito por um corte na jugular, traqueia e esôfago. O animal não pode morrer em estado de atordoamento. Deve, ainda haver um muçulmano, maior de 21 anos, que observa toda a produção e faz ele mesmo o abate.

para o maior proveito da coletividade. As belezas ou recursos naturais, bem aproveitados pela economia agrícola mais desenvolvida do mundo, porém, não são suficientes, e se torna imperativo uma discussão historiográfica que nos convença de que podemos, para além disso, nos tornar uma das mais prósperas e poderosas entre as Nações, tendo em vista a dinâmica de nossa formação econômica e as possibilidades deixadas pela nossa História.

Souza (2018) já demonstrou que, num país tão populoso como é o Brasil, uma economia puramente agrícola não é capaz de proporcionar empregos mais qualificados e, conseqüentemente, mais bem remunerados, nem mesmo a formação de um mercado interno forte, capaz de suprir as necessidades materiais e simbólicas de nossa população. Isso apenas um desenvolvimento industrial poderia resolver. Um projeto de industrialização que objetive a autonomia nacional permitiria uma melhor articulação entre as classes e, assim, os trabalhadores seriam beneficiados, e não só a tradicional classe proprietária. Salários dignos que garantam poder de compra, mercado interno forte e sustentável provocado por um projeto de industrialização a médio e longo prazo são apontados por Gomes (2020) que se insere neste debate atualmente, como os pilares fundamentais para a superação da desigualdade e da miséria no Brasil.

Nessa discussão, também, se insere a obra do Souza (2017), em que se apresenta uma nova ótica sobre as causas da desigualdade que nos assola como herança histórica de nossa sociedade: a escravidão. Em um contexto histórico de ausência de um Estado centralizado, a autoridade máxima era o senhor de engenho. Sob responsabilidade dele estava o funcionamento da sociedade. Ele poderia dispor sobre os corpos de tantos quanto quisesse: das esposas, dos filhos, dos funcionários livres, dos escravos e escravas. A figura da elite, correspondente ao patriarca, pôde se desenvolver sem limites ou resistências materiais ou simbólicas. É precisamente em uma sociedade como esta que se consolida historicamente uma patologia social específica, em que a dor dos outros, o não exercício de alteridade e a perversão do prazer transformam-se em realidade máxima das relações econômicas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- AVELLAR, Hélio de Alcântara; TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. *História Administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1965.
- CALDEIRA, Jorge. *História da riqueza no Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- DELFIN NETTO, A. *O Problema do Café no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2009.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GOMES, Ciro. *Projeto Nacional: o dever da esperança*. São Paulo: LeYa, 2020.
- HADDOC LOBO, R. *História econômica e administrativa do Brasil*. São Paulo: Editora Atlas, 1972.
- LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Alimentando o mundo: o surgimento da moderna economia agrícola no Brasil*. São Paulo: FGV Editora, 2020.
- LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1975.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- SOUZA, Jessé. *A elite do Atraso: Da Escravidão à Lava Jato*. São Paulo: Le Ya: 2017.
- SOUZA, Jessé. *A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.